

Boletim do Arquivo Histórico de Joinville

**Vol. XVIII, n° 34
4º trimestre de 2025
ISSN 14133434**

Sumário

Editorial	3	Difusão Científica	42
Arquivo Histórico de Joinville - trabalhos e expectativas		Palestra sobre depressão na contemporaneidade no Arquivo Histórico	
<i>Giane Maria de Souza</i>		<i>Jéssica Aline Tank Nass</i>	
Arquivo Histórico: Algumas Histórias	5	Memória do Boletim	45
Projetos Educativos do AHJ		90 anos de Dna. Chininha	
<i>Giane Maria de Souza</i>			
Pesquisadores e o AHJ	9	Teses e dissertações de pesquisadores do AHJ	47
A formação da Aliança Renovadora Nacional em Joinville e as eleições de 1966		No limite das paixões políticas - Santa Catarina diante da crise da utopia fascista,	
<i>Vinícius José Mira</i>		1942 - 1947	
		Weslley dos Santos Graper	
Universidade e Educação em Vieira Pinto	17	Atendimentos no Arquivo Histórico	49
<i>Dauto João Vieira</i>			
Educação Patrimonial.....	23	Por dentro do acervo	53
História Institucional	29	Aconteceu em Joinville	55
Difusão Cultural	32	Cartas	57
O trabalho de Gestão Documental na Secretaria de Cultura e Turismo			
<i>Fernanda Pirog Ocoski</i>			
<i>Ivanir de Lourdes Cordeiro</i>			
		Expediente	58

Editorial

O Arquivo Histórico de Joinville - trabalhos e expectativas



Giane Maria de Souza [1]

Nesta edição, o Boletim do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) apresenta registros das atividades ocorridas no último trimestre de 2025. Para o próximo ano, o AHJ possui expectativas de novos projetos relacionados aos trabalhos de educação, pesquisa, extensão e difusão cultural.

Nossas expectativas estão alinhadas com as competências previstas no regimento institucional que orienta as ações e a missão do AHJ. Destacam-se no documento os objetivos de promover a difusão de informação sobre o acervo permanente do AHJ, realizar projetos educativos e culturais sobre o patrimônio documental de Joinville e promover a divulgação do acervo por meio de publicações, exposições e eventos.

Neste momento, avalia-se o que foi desenvolvido e executado no AHJ para qualificar futuros projetos institucionais. O boletim do AHJ é uma espécie de relatório da instituição, pois registra os acontecimentos e atividades realizadas periodicamente.

Nesta edição, apresenta-se na seção *Arquivo Histórico: Algumas Histórias*, um texto de Giane Maria de Souza sobre os projetos de educação patrimonial desenvolvidos pelo AHJ. Na seção *Pesquisadores e o AHJ* divulga-se o artigo sobre a história política partidária de Joinville de autoria de Vinícius José Mira, doutorando pela UDESC, e um texto sobre o intelectual Álvaro Vieira Pinto de autoria de Dauto João Silveira, doutor pela UFPR.

[1] Doutora em História pela UFSC. Especialista Cultural - AHJ, Secult, PMJ.

Na seção *Educação Patrimonial* registra-se as instituições escolares e grupos que visitaram o AHJ. Na seção *História Institucional* divulga-se os servidores do AHJ e na Seção *Mundo Animal no AHJ*, apresenta-se os bichos que vivem no entorno da instituição. Na seção *Difusão Cultural* divulga-se as visitas guiadas, exposições e eventos ocorridos. Na seção *Difusão Científica* divulga-se a visita dos técnicos do AHJ ao Arquivo de Justiça do estado de Santa Catarina e das participações técnicas em eventos científicos. Na seção *Teses e Dissertações* de pesquisadores do AHJ, publica-se o resumo da dissertação de Weslley dos Santos Graper na UDESC.

Na seção *Atendimentos no AHJ*, demonstra-se, por meio de relatórios e gráficos, o número de pesquisadores, visitantes e estudantes do último trimestre. Na seção *Por dentro do acervo* e na seção *Aconteceu em Joinville*, publica-se respectivamente um projeto arquitetônico da Comunidade Evangélica Luterana, de 1959, e uma reportagem do Jornal À Notícia sobre o aniversário de 123 anos de Joinville. Na seção *Cartas* publica-se um depoimento do artista Môa agradecendo ao AHJ.

Neste trimestre o AHJ recebeu duas exposições: *Rosa das Memórias* sobre o acervo de Adolfo Bernardo Schneider; *O que a Luz Guarda* de duas acadêmicas da Univille. O espaço expositivo Elly Herkenhoff está aberto para exposições temporárias de artistas, pesquisadores e projetos culturais. Verifique o edital do AHJ no [site](#) da PMJ, participe e divulgue a sua arte ou pesquisa no AHJ. Boa leitura!

Arquivo Histórico: Algumas Histórias

Projetos educativos do AHJ



Giane Maria de Souza [1]

O setor educativo do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) atende instituições de ensino fundamental privadas e públicas, educação infantil, ensino fundamental, médio e superior. Igualmente atendemos grupos comunitários e identitários, além de profissionais, visitantes, turistas, pesquisadores e estudantes para visitas técnicas guiadas e atividades educativas.

Nossos projetos educativos são orientados pela metodologia da Educação Patrimonial que preconiza que o processo educativo em patrimônio deve ser pautado pela experiência e pelo protagonismo do educando, uma metodologia próxima ao método de Paulo Freire de Educação para Jovens e Adultos. Nossos projetos educativos trabalham sob a perspectiva de que não existe uma essência, identidade, memória, cultura e história única em Joinville, mas sim, muitas identidades, culturas, memórias, histórias e essências. Uma cidade múltipla e historicamente construída por imigrantes e migrantes de numerosas origens.

Apresenta-se os projetos educativos desenvolvidos e apresentados para a escolha do professor ou dos grupos visitantes:

[1] Doutora em História pela UFSC e especialista cultural - educadora no AHJ.

Conhecer a história do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) e do seu prédio modernista

Ementa: Neste projeto, trabalha-se a história institucional do AHJ, por meio da história da constituição do arquivo e de suas sedes, a provisória e a permanente, respectivamente Biblioteca Pública Rolf Colin e a atual. Articula-se uma relação dialógica sobre as funções de um arquivo público, as três idades de uma documentação - corrente, intermediária e permanente - e como podemos cuidar dos nossos arquivos pessoais e profissionais, em casa, na escola e no trabalho. Sobre a constituição do AHJ, questiona-se quais as documentações selecionadas para a sua história inicial e qual a responsabilidade de um arquivo público com a gestão documental do município.

O AHJ é tombado e reconhecido enquanto um patrimônio culturalmente protegido no âmbito municipal. Neste sentido, os visitantes são convidados a conhecer e observar a edificação interna e externa, compreendendo os argumentos para o seu tombamento e refletindo sobre a ideia da arquitetura como documento/monumento, parafraseando Le Goff. O projeto trabalha as particularidades técnicas de um arquivo público e do seu projeto arquitetônico, a criação dos seus espaços técnicos, além das especificidades ambientais como a luminosidade e a temperatura, além do manuseio e arquivamento correto do acervo para a conservação documental.

O público visitante também é convidado para uma experiência de fruição e observação das características arquitetônicas da edificação modernista, atentando-se para a usabilidade, a racionalidade, a luminosidade e convergência da arquitetura com as obras de arte, o paisagismo e a praça. Algumas escolas realizam piqueniques na grama do jardim do AHJ, e após a experiência educativa, convida-se os visitantes/estudantes para a elaboração de um desenho de observação no prédio externo. Todos os trabalhos e desenhos realizados são expostos no AHJ.



Foto: Giane Maria de Souza

Pesquisar a história de Joinville por meio de distintas fontes históricas

Ementa: Neste projeto, os visitantes/alunos, além de conhecer elementos importantes da história do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) são convidados a experienciar um processo de pesquisa. Os alunos recebem luvas e documentos variados, entre eles, jornais, fotografias, mapas, revistas, cartões postais, entre outras publicações duplicadas no setor educativo e desenvolvem um olhar de pesquisa para os documentos, sobretudo compreendendo que a escrita da história é um processo marcado pelas nossas idiossincrasias e interesses. Neste sentido, observa-se que existem múltiplas escritas sobre a história de Joinville, e que é possível, conforme o acesso às fontes primárias ou secundárias, problematizarmos a produção, a escrita e a divulgação da história. Dependendo do interesse do professor, podemos disponibilizar um roteiro de pesquisa que orienta como fazer uma leitura adequada de um documento para pesquisa. Após esta experiência, os alunos são convidados a desenhar ou escrever sobre os documentos que acessaram, sobre a experiência da pesquisa e sobre a visita educativa nas dependências do AHJ. Todos os trabalhos e desenhos realizados são expostos no AHJ.

Exposição - visitar a exposição em vigência no Arquivo Histórico

O público visitante também é convidado para uma experiência de fruição e observação das características arquitetônicas da edificação modernista, atentando-se para a usabilidade, a racionalidade, a luminosidade e convergência da arquitetura com as obras de arte, o paisagismo e a praça. Algumas escolas realizam piqueniques na grama do jardim do AHJ, e após a experiência educativa, convida-se os visitantes/estudantes para a elaboração de um desenho de observação do prédio externo. Todos os trabalhos e desenhos realizados são expostos no AHJ.

Outras possibilidades de atendimento

Os professores podem entrar em contato com o setor educativo do AHJ e combinar outras abordagens e projetos conforme seus interesses, pelo e-mail: giane.souza@joinville.sc.gov.br

Pesquisadores e o AHJ



A formação da Aliança Renovadora Nacional em Joinville e as eleições de 1966



Vinícius José Mira [1]

Em 1965, Joinville era uma cidade de médio porte. Com aproximadamente 85 mil habitantes, mais de 60 mil destes na zona urbana, o município possuía 412 estabelecimentos industriais, que empregavam cerca de 17 mil trabalhadores e trabalhadoras, além de quase 1.500 estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. À época, ainda era válido o epíteto de “Cidade das Bicicletas”, pois havia aproximadamente 50 mil zicas no município (Retrato..., 1965, p.8).

Do ponto de vista da política partidária, Joinville era comandada por Helmut Fallgatter, do Partido Social Democrático (PSD), eleito em 1960. A Câmara Municipal era ocupada por 13 vereadores. Como resultado do pleito de 1962, havia 5 vereadores da União Democrática Nacional (UDN), 3 do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 3 do PSD e 2 do Partido de Representação Popular (PRP). Na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), 5 representantes tinham sua votação majoritária na cidade: Rodrigo de Oliveira Lobo (PTB), Pedro Colin (UDN), Livadário Nóbrega (PRP), Jota Gonçalves (PSD) e Arno Enke (UDN), sendo esses dois últimos suplentes que foram convocados no decorrer da legislatura. No caso do legislativo federal, o único político com sólidas relações com eleitorado de Joinville era o deputado Lauro Carneiro de Loyola (UDN).

Com efeito, as quatro agremiações partidárias citadas, UDN, PSD, PTB e PRP, eram, na prática, as únicas forças políticas relevantes no município. Outros partidos de menor expressão, como o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Social Progressista (PSP), obtiveram quantidade considerável de votos em pleitos locais, mas não elegeram vereadores ou deputados por Joinville.

É diante do cenário exposto que foram disputadas eleições para prefeito, em Joinville, e governador, em Santa Catarina, em 03 de outubro de 1965. Nilson Wilson Bender (UDN) sagrou-se vitorioso no pleito municipal, contra Pedro Ivo Campos (PTB), enquanto Ivo Silveira (PSD) derrotou Antônio Carlos Konder Reis (UDN) na eleição estadual. Foi o último pleito sob a égide do sistema partidário vigente desde 1945, extinto poucas semanas após as eleições. Além disto, o resultado das urnas tem implicações significativas na formação local das agremiações do novo sistema partidário imposto.

Pouco mais de três semanas após as eleições de 03 de outubro de 1965, foi baixado o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro. A aliança PSD-PTB havia conseguido vitórias emblemáticas na Guanabara e em Minas Gerais, com Israel Pinheiro e Negrão de Lima, respectivamente, ambos apoiados por Juscelino Kubitschek. Tratava-se do primeiro teste eleitoral dos militares desde o golpe de 1964 e a ditadura saiu derrotada. Ainda que tenham vencido candidatos pró-governo – ou, ao menos, candidatos não oposicionistas – nos outros nove estados onde houve eleições, incluindo aí a vitória de Ivo Silveira em Santa Catarina, as atenções estavam voltadas para os centros mais populosos e influentes (Skidmore, 1988, p. 95-96).

Do ponto de vista legal, o AI-2 estabeleceu eleições indiretas para presidente, extinguiu os partidos políticos existentes, autorizou a cassação de mandatos e alterou a composição do Supremo Tribunal Federal (Torres, 2019, p. 464-467; Paixão, 2020, p. 233; Martins Filho, 2019, p. 86).

Por meio do ato, a temporada de “punições revolucionárias” foi reaberta e uma nova legislação sedimentou as balizas de um sistema bipartidário criado artificialmente: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), para concentrar o eixo de apoio ao golpe e lutar “por todas as medidas que visem à consolidação dos ideais saneadores e progressistas que inspiraram a Revolução de Março de 1964” (Grinberg, 2009, p. 67); e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), uma ampla frente oposicionista atuando nos limites permitidos pelos militares (Kinzo, 1998, p. 77; Fico, 2015, p. 57).

Ainda que alguns nomes de peso tenham participado da formação do MDB, as principais lideranças da política estadual estavam do outro lado do sistema bipartidário. A ARENA em Santa Catarina foi uma ampla frente conservadora, formada pelas famílias Ramos e Konder-Bornhausen e seus aliados, banqueiros, advogados, industriais e proprietários de rádios e jornais. Congregou grupos reconhecidos pela defesa da ordem autoritária e da livre iniciativa (Duwe, 2016, p. 80-86; Lenzi, 1983, p. 340; Carreirão, 1990, p. 89-91; Lohn, 2014, p. 24 e p. 36; Duwe, 2025, p. 650).

Padrão mais ou menos semelhante se repetiu em Joinville. Desde março de 1966, o prefeito Nilson Bender articulava contato com líderes do ex-PSD para a formação da ARENA na cidade (Nilson..., 1966, p. 1 e p. 4). Certamente, a posição de prefeito lhe deu demasiado poder na condução das negociações. No acordo firmado entre as partes, o presidente do diretório municipal foi indicado por Nilson Bender, enquanto a secretaria do partido ficou sob a responsabilidade de egressos do PSD. As 30 vagas do diretório seriam igualmente divididas entre ex-pessedistas e ex-udenistas (Em franca..., 1966, p. 1 e p. 4).

A acomodação de forças políticas díspares e antagonistas não era uma tarefa óbvia. O PSD e a UDN locais estiveram em lados opostos em todas as seis disputas ao executivo municipal entre 1947 e 1965 (Mira, 2025, p. 22), cada um com seu periódico propagandista e sua emissora de rádio local. Mas, ao menos no decorrer do ano de 1966, parecia que as forças estavam mais ou menos bem alojadas no interior do partido situacionista. Embates mais evidentes entre ex-udenistas e ex-pessedistas apareceriam só a partir do ano seguinte. O resultado da primeira composição do diretório municipal da ARENA está exposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Formação da ARENA em Joinville

Função	Político	Cargo político	Profissão	Procedência
Presidente	Willy Schossland	Ex-vereador	Comerciário	UDN
Vice-presidente	Geraldo Wetzel	Ex-prefeito	Industrial	PSD
Secretário	Wittich Freitag	Vereador	Industrial	PSD
Vogais	Aldory João de Souza	N/A	Industrial	Não identificado
	Arno Enke	Deputado estadual	Radialista	UDN
	Curt Alvino Monich	Vereador	Industrial	UDN
	Pedro Colin	Deputado estadual	Advogado e economista	UDN
Conselho Fiscal	Lauro Carneiro de Loyola	Deputado Federal	Bancário e professor	UDN
	Adhemar Garcia	Ex-vereador	Industrial	PSD
	Lividálio Nóbrega	Deputado estadual	Comerciário e escrivão de	PRP
Convencionais	Nilson Bender	Prefeito	Industrial	UDN
	Harry Kormann	N/A	Advogado, economista.	Não identificado

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em Jornal de Joinville (ano XLVIII, n.153, 05 ago. 1966. p. 1), A Notícia (ano LII, n.12342, 20 out. 1974. p. 7) e Memória Alesc.

A formação do diretório municipal da ARENA contou com o prefeito em exercício, representantes do legislativo municipal, estadual e federal e variados membros da elite econômica e política da cidade. Bem diferente do MDB. Nem mesmo os vereadores eleitos pelo PTB em 1962 ingressaram no partido oposicionista.

Ainda sobre a discrepância entre as agremiações, é impressionante a lista completa dos membros do diretório da ARENA em Joinville, para além das posições da presidência e secretaria do partido citadas no Quadro 1. O partido agregou o prefeito em exercício, Nilson Bender, quatro ex-prefeitos (Geraldo Wetzel, Dario Salles, Baltasar Buschle e Helmut Fallgatter) e um infinável número de vereadores e ex-vereadores, industriais e profissionais liberais. A escolha dos candidatos do partido para as eleições daquele ano ao legislativo municipal, estadual e federal, precisou acomodar interesses de poderosas forças distintas da política local. O MDB, em contrapartida, encontrou dificuldade em compor a chapa de vereadores, pois poucos foram aqueles que se filiaram ao partido. Certas eram as candidaturas de Pedro Ivo à Alesc e Rodrigo Lobo à Câmara Federal, mas, sem candidatos à edilidade, as candidaturas ao legislativo estadual e federal estariam prejudicadas (Arena e Modebras..., 1966, p. 1 e p. 4).

Às vésperas da eleição, um visitante ilustre pode ter contribuído ainda mais para o fortalecimento das candidaturas da ARENA, mesmo que àquela altura isso não parecesse necessário para o êxito eleitoral. Na semana do pleito, o general-ditador Castelo Branco esteve na cidade para receber o título de Cidadão Honorário de Joinville da Câmara de Vereadores e a alcunha de patrono da Festa das Flores. A programação da sua passagem pelo município contemplou visita às instalações da Fundição Tupy e uma caminhada pelas ruas centrais, em contato com os populares (Freire, 2024, p. 112-113).

O resultado das urnas não foi exatamente surpreendente. Mas, diante das dificuldades, ressalte-se que no legislativo municipal, o MDB elegeu três vereadores, Francisco de Assis Marques, Idarli Silveira e Ulisses Tavares Lopes, além de ter conseguido a eleição do deputado estadual Pedro Ivo. A ARENA, por sua vez, obteve 10 cadeiras no legislativo municipal, além de dois representantes no legislativo estadual (Pedro Colin e Adhemar Garcia Filho) e um no federal (Lauro Carneiro de Loyola). A composição da Câmara de Vereadores de Joinville encontra-se disposta no Quadro 2.

Quadro 2 - Vereadores eleitos em Joinville em 1966

Vereador	Partido	Votação
Curt Alvino Monich	ARENA	2857
João Ferreira	ARENA	2235
Hermes Kaesemodel	ARENA	2200
Guilherme Zuege	ARENA	1785
Dagoberto José de Campos	ARENA	1728
Arnoldo Wetzel	ARENA	1627
Edmundo Carlos Macedo	ARENA	1585
Norberto Simm	ARENA	1555
Idarli Silveira	MDB	1535
Jamel Dippe	ARENA	1526
Ulisses Tavares Lopes	MDB	1379
Francisco de Assis Marques	MDB	1292
Ivan José Rodrigues	ARENA	1189

Fonte: elaborado pelo autor (2024) com base em *A Notícia* (ano XLIV, n. 9955, 19 nov. 1966. p. 1).

De maneira geral, houve renovação significativa entre os nomes que passaram a ocupar a Câmara de Vereadores, mas isso não significou alterações na correlação de forças. Dos eleitos em 1966, apenas Curt Alvino Monich e Guilherme Zuege haviam logrado a vaga no pleito de 1962. Soma-se a eles Jamel Dippe e Norberto Simm, suplentes convocados no decorrer da legislatura anterior.

Quanto à composição de forças, as cadeiras em disputa no pleito antecedente, de 1962, foram ocupadas por 5 udenistas, 3 pessedistas, 3 petebistas e 2 perrepistas. Dos eleitos em 1966, é sabido que Norberto Simm e Ivan Rodrigues possuíam vinculações ao PRP. Os três emedebistas eleitos nutriam algum tipo de relação com o extinto PTB. Por outro lado, Guilherme Zuege, Curt Alvino Monich, Dagoberto José de Campos, Hermes Kaesemodel e Jamel Dippe eram outrora membros da UDN. Especulo que Arnoldo Wetzel era um pessedista, em função da posição de seus familiares próximos e da indústria metalúrgica da qual fazia parte do corpo diretivo. Não sou capaz de apontar com precisão a vinculação partidária anterior de João Ferreira e Edmundo Carlos Macedo. Desconsiderando esses dois últimos, foram eleitos 5 ex-udenistas, 3 ex-petebistas, 2 ex-perrepistas e 1 ex-pessedista. Sob essa chave de análise, o grande derrotado do pleito de 1966 foi o ex-PSD. Além de perder o executivo municipal no ano anterior, a acomodação forçada com seus antigos rivais custou a força do grupo no legislativo municipal.

Na direção contrária, o maior vencedor da eleição foi o prefeito Nilson Bender. A ocorrência de eleições ao legislativo municipal assíncronas à disputa ao executivo permitiu que muitas figuras próximas ao prefeito fossem bem-sucedidas na disputa por uma vaga à edilidade. No decorrer da legislatura, a crônica política local batizou de “grupo dos nove” a fiel base aliada de Bender na Câmara de Vereadores, composta por todos os arenistas, executando-se Ivan José Rodrigues (Definição, 1968, p. 1).

Uma consideração deve ser feita sobre o resultado das urnas. Ainda que a formação da ARENA tenha forçado a inconveniente acomodação de egressos da UDN e do PSD sob as hostes da mesma agremiação, um sistema político bipartidário não era exatamente incomum nas eleições municipais em Joinville. Excetuando as eleições de 1947, quando competiram quatro candidatos (UDN, PSD, PTB e PRP), e 1955 (quando o terceiro colocado no pleito obteve apenas 1% dos votos válidos), as disputas ao executivo municipal sempre foram realizadas por apenas dois candidatos. Quer dizer, as forças partidárias locais estavam acostumadas a operar em uma dinâmica dicotômica (Mira, 2025, p. 22). A peculiaridade da formação da ARENA é justamente o arranjo dos udenistas e pessedistas no mesmo polo, tendo em vista que os dois partidos haviam estado em lados opostos da disputa em todas as seis eleições disputadas ao longo da duração do sistema partidário vigente a partir de 1945.

Quanto ao legislativo estadual e federal, Joinville renovou sua representação. Em 1962, foram eleitos 3 deputados estaduais (Rodrigo Lobo – PTB, Livadário Nóbrega – PRP e Pedro Colin – UDN) e 1 deputado federal (Lauro Loyola – UDN) pelo município. Exatamente o mesmo montante em 1966. Lauro Carneiro de Loyola foi reeleito deputado federal, agora pela ARENA. Pedro Ivo Campos (MDB), Adhemar Garcia Filho e Pedro Colin (ambos da ARENA) foram eleitos para a ALESC (A Arena..., 1966, p. 1).

Além dos representantes joinvilenses eleitos, foram bem votados no município os candidatos à Câmara Federal Lenoir Vargas Ferreira, pela ARENA, e Rodrigo Lobo, Eugênio Doin Vieira e Lígia Doutel de Andrade, pelo MDB. No caso da ALESC, Arno Enke, Raulino Rosskamp e Livadário Nóbrega, pela ARENA, e Benjamin Ferreira Gomes, pelo MDB (Dados..., 1966, p. 1).

Ainda que o sistema partidário vigente tenha sucumbido poucos dias após o resultado das urnas de outubro de 1965, o pleito daquele ano tem significativas implicações na formação das agremiações do sistema bipartidário. Os dois competidores daquela eleição seriam os principais representantes do novo sistema na cidade. Nilson Bender como autoridade na ARENA, à frente da Prefeitura de Joinville, e Pedro Ivo Campos como liderança do MDB, eleito deputado no ano seguinte.

Evidentemente, um ato arbitrário, por si só, não seria capaz de extinguir dos corações e mentes dos políticos e dos eleitores o sistema político-partidário vigente há duas décadas. Em função disso, ainda que as agremiações tenham deixado de existir formalmente no final de outubro de 1965, a vinculação aos velhos partidos ainda serviu como norte aos atores políticos por um bom tempo, apesar da vigência do novo sistema.

Indo além, a difícil acomodação de forças tão díspares e que tão pouco tempo antes haviam ferozmente rivalizado, como no caso dos egressos da UDN e do PSD arranjados no interior da ARENA, elucida as divisões internas doravante experimentadas pelo partido de apoio à ditadura militar.

Referências

- A ARENA catarinense elegeu 11 deputados federais e 34 estaduais e o Modebrás apenas 3 11, respectivamente. **A Notícia**, Joinville, ano XLIV, n. 9967, 03 dez. 1966. p. 1. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.
- Arena e Modebras aprontam candidatos. **Jornal de Joinville**, Joinville, ano XLVIII, n. 179, 07 set. 1966. p. 4 e p. 8. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945-1979**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.
- Dados totais e oficiais das eleições em Joinville. **A Notícia**, Joinville, ano XLIV, n. 9955, 19 nov. 1966. p. 1. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.
- Definição e coerência do MDB. **A Notícia**, Joinville, ano XLV, n. 10324, 09 fev. 1968. p. 1. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.
- DUWE, Ricardo. **Entre a técnica e a tradição**: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- DUWE, Ricardo. A Arena e suas “famílias de políticos”: capitalismo, ditadura militar e reprodução do poder político em Santa Catarina. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto et al (org.). **A ditadura fora do eixo**: uma viagem pelo Brasil autoritário (1964-1985). Serra: Identidade Editorial, 2025. p. 643-663.

Em franca efervescência a política na Manchester. **Jornal de Joinville**, Joinville, ano XLVIII, n. 103, 11 maio 1966. p. 1 e p. 4. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

FREIRE, Izaias de Souza. **A Manchester em chamas**: empresariado, trabalhadores e ditadura (Joinville, 1964-1985). 2024. Tese (Doutorado em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil**: the case of the MDB, 1966-79. Londres: The Macmillan Press, 1988.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Santa Catarina e a ditadura empresarial**: o caso da política agrária. *Fronteiras*, Chapecó, n. 24, p. 23-41, jul/dez., 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Paulo: Alameda, 2019.

MIRA, Vinícius José. A política partidária em Joinville durante a Terceira República (1947-1960). **Confluências Culturais**, Joinville, v. 14, n. 2, p. 7-30, 2025.

Nilson Bender tratou na Capital da formação da ARENA em Joinville. **Jornal de Joinville**, Joinville, ano XLVIII, n. 70, 30 mar. 1966. p. 1 e p. 4. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

PAIXÃO, Cristiano. **Entre regra e exceção**: normas constitucionais e atos institucionais na ditadura militar brasileira (1964-1985). História do Direito, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 227-241, jul./dez., 2020.

Retrato de Joinville 1965. **A Notícia**, Joinville, ano XLII, n. 9568, 31 jul. 1965. p. 8. Comentário do Dia. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TORRES, Mateus Gamba. O Ato Institucional nº 2: lutas judiciais, imprensa e divergências na ditadura civil-militar (1964-1965). História: **Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 457-476, set./dez., 2019.

Universidade e educação em Vieira Pinto



Dauto João da Silveira [1]

Em um país de analfabetos, a universidade tem de ser de analfabetos, do contrário não é do país, e não será a universidade da cultura do povo. (Vieira Pinto, 1962).

O livro *A Questão da Universidade*², de Álvaro Vieira Pinto, nos oferece uma das mais formidáveis e radicais análises já realizadas sobre as universidades no Brasil. Produto de uma sólida articulação com o setor radical de estudantes da UNE, quando o movimento estudantil ainda guardava seu compromisso com a mudança do ensino superior, o livro é uma expressão viva da crítica inescrupulosa do autor ao caráter conservador das universidades. Ademais, demonstra a relação dialética entre tais instituições e a totalidade do país, razão pela qual propôs uma aliança entre estudantes, operários, camponeses e demais forças progressivas para superar o subdesenvolvimento. O livro, primeira publicação da Editora Universitária da UNE em 1962, segue sendo um alento diante da miséria política que assola as nossas universidades; um instrumento indispensável na luta contra a “tarefa catequética” imputada à massa estudantil, alienando-a e convertendo-a aos interesses da classe dominante.

[1] Pós-doutor pela PPGTE/UTFPR e Professor de Sociologia. E-mail: dautojs@gmail.com

[2] O texto que o leitor tem em mãos foi publicado, enquanto prefácio, no livro *A questão da Universidade* de Álvaro Vieira Pinto, pela editora Insular (2025) e Coleção Pátria Grande do Iela/UFSC. Nesse atual ensaio, poucas mudanças foram feitas para atender os pré-requisitos do Boletim do Arquivo Histórico de Joinville.

No alvorecer da redemocratização do país, a Editora Cortez reedita a obra, em meio à alegria descomedida com a democracia burguesa, e ela exibe novamente o seu fulgor. É curioso que a mesma democracia que suplantou a ditadura militar foi também decisiva ao desmantelamento do pensamento crítico tão familiar entre os intelectuais públicos, revolucionários, que, em grande medida, atuavam no interior ou fora das universidades até o pré-64. O trabalho social útil, indispensável nas universidades do Brasil dos nossos dias, foi trocado por uma dinâmica de afetos e afagos, insuportáveis, orientada pelo diálogo e pela lógica acadêmica, cujo horizonte é manter a instituição enquanto peça do dispositivo de dominação burguesa. A Questão da Universidade, terceiro livro de Vieira Pinto de intervenção aberta na realidade brasileira, foi uma obra potente que revelou toda e cada uma das limitações no interior das universidades.

O livro corresponde ao décimo volume da Coleção Pátria Grande – Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-americano da Universidade Federal de Santa Catarina (IELA/UFSC) e Editora Insular, e tem como base a edição de 1962. Vieira Pinto gozou de exitosa vida universitária; foi professor adjunto na cadeira de História da Filosofia, na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, na década de 1940, mas não exibia as limitações teóricas e políticas dos professores de filosofia da atualidade. Há um abismo entre as universidades do pré-64 e as atuais (ainda que ambas estejam jungidas à lógica de dominação burguesa): as primeiras, contavam com intelectuais públicos, críticos e revolucionários como Álvaro Vieira Pinto enquanto as segundas, contam com essa filosofia acadêmica e midiática sem nenhuma importância.

A realidade, portanto, nos convida a sublinhar alguns elementos do livro supracitado e apontar questões educacionais que contribuam com os leitores desse excelente Boletim do Arquivo Histórico. Mas antes, devemos dizer que ele também é um convite para se conhecer a totalidade dos escritos do maior filósofo marxista brasileiro. O convite carrega uma advertência: é necessário combater todos os erros acadêmicos produzidos nos últimos anos acerca do autor, como por exemplo, considerá-lo o precursor do decolonialismo no Brasil; a investida dos decoloniais não é algo fortuito e merece toda a nossa atenção, posto que estão a retirar do autor a sua essencialidade: o seu caráter revolucionário. Não é menos fortuita a tentativa de dissociá-lo do marxismo, como tem feito Norma Cortês, em torno da democracia e esperança. Em 1959, em pleno desfecho do Consciência e Realidade Nacional, nosso filósofo já está com um pé e meio no terreno fértil do marxismo, mas no presente livro está tomado por tal ciência do proletariado. Aliás, Cortês afirmou recentemente que Vieira Pinto não tem uma linhagem marxista! Ele usa, segundo a historiadora, uma “mistura criativa”. Erro grave, devo dizer (!).

O primeiro registro digno de nota é que o livro não é tão-somente, como alguns asseveram, uma contribuição à UNE; é precisamente resultado das suas reflexões e intervenções políticas desde 1959 quando termina a seminal obra *Consciência e Realidade Nacional*. Em dezembro de 1961, é mister recordar, profere uma conferência sobre a Reforma Universitária no I Encontro Universitário do Centro-Oeste, oportunidade em que lança o esteio sobre o qual ergueria a sua crítica à universidade; seguramente a sua primeira elaboração acerca da crise das universidades. Em seguida, em fevereiro de 1962, a três meses do lançamento do livro, participa do Encontro Regional de Estudantes em São Paulo e reafirma todas e cada uma das suas teses. Nas duas intervenções, declarava que “o processo de educação social só em parte é feito na Universidade, pois a sociedade educa seus membros sem precisar dela. Só se utiliza da Universidade um grupo seletivo da classe dominante, para efeito da sua auto-reprodução”. AVP sustentava, devo adiantar, que as universidades impediam o ingresso do povo brasileiro à educação superior. Obviamente que tal tese não se sustenta na atualidade, já que, segundo dados da V Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das IFES, realizado pela Andifes (2019), mostram que o “[...] percentual de estudantes pertencentes a famílias com renda mensal per capita ‘Até 1 e meio SM [salário mínimo]’ [...]” saltou “[...] de 44,3%, em 1996, para 66,2% em 2014, alcançando 70,2% em 2018, o maior patamar da série histórica”. A despeito da importância, esses dados ocultam que dos 22,5 milhões de jovens entre 18 e 24 anos, apenas 4,7 milhões (20,2%) ingressam em uma faculdade ou universidade, dos quais, 4,3 milhões realizam a matrícula na rede privada (Inep, 2023). É fácil perceber o cinismo de Lula e Haddad, quando dizem que “a universidade pública é do povo brasileiro”, ao ver que 25% das vagas das universidades sequer foram preenchidas em 2023.

Diante dos dados, ineficaz se tornou o velho e surrado bordão petista da universidade inclusiva. Algo radicalmente distinto se passava aos olhos de Vieira Pinto quando testificou a “universidade dos analfabetos” (do povo; sem vestibular; a que se efetiva mediante alteração das relações entre ela e a totalidade do país), como mostramos na epígrafe acima. Como na lógica petista a universidade não se constitui enquanto uma peça do dispositivo de emancipação do país, pouco efeito passa a ter a mudança na composição social dos estudantes. Nesse contexto, a “inclusão social” aprofunda os interesses da classe dominante ao aumentar o grau de domínio cultural sobre a classe espoliada.

Em consequência, estamos autorizados a afirmar a existência de uma linha que amarra as teses da revolução brasileira, impressas em *Consciência e Realidade Nacional*, à presente obra. Em 1959, “o filósofo pobre de um país subdesenvolvido” (como ele se autointitulava) já tinha claro que a “educação adequada ao país subdesenvolvido que deseja superar a sua fase histórica só deve ser delineada e conduzida por quem possuir a consciência crítica do processo da realidade; para tal país a educação oportuna é a que permite a uma consciência crítica suscitar o aparecimento de outra consciência crítica”. Nesse mesmo livro, afirmou que a “reforma do ensino nacional é matéria de decisão política, pois diz respeito à percepção geral do estado da sociedade e ao projeto do seu existir futuro”. Esses ensinamentos, de orientação marxista, se manteve firme no livro que apresento ao leitor; e são eles que nos permitem denunciar, o grau de ingenuidade que habita a cabeça da esquerda liberal, em geral, e da ex-presidente Dilma, em particular, quando o assunto é educação.

Em entrevista recente, ela menciona - sem constrangimento algum - que a receita para alcançar os países desenvolvidos é o investimento em educação estabelecendo parcerias com os melhores institutos internacionais. Esse foi o sucesso, segundo a petista, do “Ciência sem Fronteiras: um programa que contribuiu com a qualificação de estudantes e pesquisadores”.

Ora, a realidade internacional não é uma cadeia de eventos evolutivos frente à qual não resta outra coisa senão possuir uma dúzia de programas sociais para avançar. Dilma encarna a contradição que domina um país dependente e subdesenvolvido, qual seja, as técnicas avançadas externas são irrecusáveis, já que sem as quais o país recairia em desgraça. O processo de emancipação não é obra exclusivamente da tecnologia e muito menos de programas como “Ciência sem Fronteiras”, ou ainda, de estudantes brasileiros que, diante das potências imperialistas, são submetidos a um projeto educativo alienante. Vieira Pinto já havia advertido, na conferência de 1961, que a “universidade, para ser idêntica à universalidade, precisa exprimir em caráter universal, os interesses particulares da cada sociedade, nação ou classe. Para nós, a universidade só alcançará a universalidade do conhecimento se o exprimir do ponto de vista dos nossos interesses nacionais”. A pretensão de se identificar com a universalidade, sem romper com a atual divisão do processo histórico, é outro aspecto da alienação das nossas instituições.

Não é difícil perceber que essa alienação, profundamente explorada no presente livro, guarda íntima relação com fenômenos que ainda se manifestam no interior do sistema universitário no Brasil. Os mais relevantes são o academicismo (quadro histórico das nossas instituições), o currículo e, como decorrência de ambos, a apatia política diante do subdesenvolvimento. O academicismo superou o pensamento crítico, emancipatório, existente no interior das universidades até a década de 1970. Nos dias que correm, elas são fundamentalmente instituições tomadas por uma orientação acadêmica alienante em que o pensamento revolucionário é tratado como desnecessário, versão ultrapassada e hostil ao ethos acadêmico. A vitória da democracia burguesa, enquanto forma política de consagração do modelo econômico liberal, na sua expressão especulativa, em torno da dívida do estado e suas formas de rendimento, consagrou essa postura. O resultado não poderia ser outro senão a sua imensa incapacidade de transitarem à peça do dispositivo de emancipação social.

Se o academicismo é o que dissemos, então o currículo tem uma importância crucial, já que mantê-lo cativo do pensamento dominante e distante do Brasil profundo, é o modo de assegurar a vida alienante do ensino. Recordo aqui, um fato corriqueiro, contudo eloquente, o currículo do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. De 2002 a 2010 (período em que eu estava presente) não se encontrava disciplinas (obrigatórias e eletivas) que tratassem da realidade brasileira esquecida ou de autores nacionais ligados à perspectiva revolucionária. Até mesmo disciplinas sobre Florestan e Darcy, amplamente aceitas pelo establishment acadêmico (ainda que responsáveis por perspectivas contudentes sobre o país) sequer eram oferecidas. Restava aos vívidos estudantes procurar professores isolados nos rincões dos departamentos universitários. Por fim, o resultado loquaz, é que a desalienação da universidade não se manifesta. A sua forma política mais contundente, aquela que poderia ser um fio condutor em torno de questões decisivas da nação, não consegue espaço. Isso se aproxima, ao que foi chamado por Vieira Pinto de “valores eternos”, segundo os quais, a universidade jamais pode renegá-los; o que, “significaria desfiguração e desonra, nem se modificar nas suas estruturas essenciais, pois qualquer movimento transformador que ensaie põe em risco a estabilidade”. Não é que não ocorrem mudanças e avanços ou que a vida universitária não seja importante. O que essencialmente está posto é que tudo isso é incapaz de transformar um país subdesenvolvido.

A propósito, devemos sublinhar que os governos liberais - de FHC a Lula - mesmo havendo variações na condução da política universitária, bloquearam qualquer tipo de manifestação política em torno de um projeto emancipatório. Assim, mesmo o reconhecimento de que os governos petistas criaram institutos federais e universidades, como também expansões de novos câmpus, não é menos verdade que os últimos mandatos não suportaram o primeiro vento. Para que não haja dúvidas sobre o quadro acima é oportuno lembrar que não houve, depois de 15 anos no comando, sequer a tentativa de criar uma vanguarda político-intelectual ou fortalecer à luta da juventude em torno da universidade.

Para irmos mais além nessa discussão, devemos acentuar que algo inversamente proporcional ocorria aos olhos do marxista do Bairro Botafogo quando propôr o co-governo em 1961, antes mesmo da UNE incendiar as universidades com a chamada Greve por um terço, em junho de 1962. Na conferência proferida no I Encontro de Universitário do Centro-Oeste em São Paulo ele diz que “é de suma importância que as forças estudantis e progressistas se organizem como força política e apresentem o seu próprio projeto de reforma; algumas das medidas essenciais a defender-se são o co-governo em todos os órgãos de decisão universitária e o ingresso mediante simples exame de capacidade, sem exigências anteriores”. A proposta, estranha aos dias atuais, era parte constitutiva dos seus ideais de Reforma Universitária, de caráter revolucionário, em curso no país naquele momento, como acompanharemos no presente livro.

É digno de nota, que Vieira Pinto foi um dos poucos professores que participou ativamente da greve estudantil em torno da luta pela democratização radical das universidades. Na entrevista concedida, em junho de 1962³, portanto no seio da greve, declara: “integral apoio ao movimento” e que a ela se explica, “como consequência de um momento atingido pelo processo objetivo da realidade brasileira, que determinou o teor atingido pela consciência da classe estudantil”. A propósito, a defesa do co-governo, do ingresso nas universidades, mediante simples exame de capacidade, e da UNE, enquanto força política decisiva, era o modo de enfrentar a cúpula da universidade a favor da revolução brasileira. Depois de realizadas estas medidas, “a universidade assumiria a direção política do processo educacional e, com um maior entrosamento com os centros sociais de produção (fábricas, fazendas, etc) aboliria os seus limites atuais, identificando-se com a sociedade, difundindo-a e tornando-a presente em todos os setores da vida social”.

Feitas as considerações acima é lícito afirmar que a contradição real das universidades, de outrora e das atuais, segue sendo um “contradição externa entre a universidade e o resto da nação; e não uma contradição interna, reclusa ao âmbito das escolas, pois as que têm esse caráter e as há e são muitas, refletem, apenas, a contradição externa, e serão todas resolvidas quando esta for”, como postulava Vieira Pinto. A tarefa das universidades em países subdesenvolvidos é a de ser uma peça do dispositivo de emancipação do país. Essa dimensão torna o autor do livro atualíssimo e convida o leitor a arrancar das universidades os seus valores eternos. Nada pode ser mais paralisante do que eles. A superação do subdesenvolvimento é, ao mesmo tempo, o desabrochar de forças culturais e intelectuais novas das universidades. Precisamos chamar as universidades de brasileiras; tal qual o povo brasileiro ou a cultura brasileira; daí porque não há como dissociar A Questão da Universidade da perspectiva revolucionária. Universidade e revolução são dois elementos do mesmo núcleo explicativo da teoria da revolução brasileira tão perseguida por ele. Ambas caminham de mãos dadas nas alamedas teóricas de AVP.

Este ensaio buscou levantar alguns pontos sobre educação e a universidade nas reflexões de Vieira Pinto, mormente no livro A questão da Universidade. Caberá aos leitores propor novas interpretações sobre a temática e se alinhar à tese central do livro que, em última instância, é a superação do subdesenvolvimento; mais do que isso, é a propositura da revolução brasileira.

[3] Vieira Pinto concede uma entrevista ao Diário de Notícias em 09/06/1962, sobre a Greve dos Estudantes, com o título: “Representação Justa e necessária: universidade é o próprio estudante” A Greve dos estudantes eclode em 01/06/1962.

Educação Patrimonial

Escola Jorge Lacerda

O total de 18 alunos da Escola Jorge Lacerda visitou o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) no dia 10 de outubro de 2025.

Os alunos foram acompanhados pela professora responsável Ângela Vieira, o objetivo da visita foi pesquisar documentos históricos no acervo do AHJ.

A pesquisa foi mediada pelo coordenador Dilney Fermino Cunha, pelo assistente cultural Dauto Vieira e pelo estagiário de história James Souto da Silva.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

IELUSC

O curso de Jornalismo, total de 31 acadêmicos, do IELUSC visitou o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) acompanhados pela professora Valdete Daufemback, no dia 03 de novembro de 2025, em atendimento noturno.

A turma foi atendida pelo coordenador Dilney Cunha. O objetivo da visita foi pesquisar nos periódicos do acervo do AHJ aspectos relevantes para o jornalismo durante o período da ditadura civil militar.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville



Fonte: Marcus Vinícius Ramos Filho

CEJA - SED

No dia 13 de novembro de 2025, 13 alunos do CEJA da Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina visitaram o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) sob a coordenação do Prof. Gilmar Kormann.

Os alunos foram atendidos pela assistente cultural Soraia Silva da Casa da Cultura, pelo coordenador Dilney Cunha, pela especialista cultural Giane Maria de Souza e pelo estagiário James Souto da Silva.

O objetivo da visita foi prestigiar a exposição sobre Adolfo Bernardo Schneider e conhecer o AHJ.

CEJA - SED

No dia 25 de novembro de 2025, 8 alunos do CEJA da Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina visitaram o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) sob a coordenação do Prof. Gilmar Kormann.

Os alunos foram atendidos pela assistente cultural Soraia Silva da Casa da Cultura, pela especialista cultural Giane Maria de Souza e pelo estagiário James Souto da Silva.

O objetivo da visita foi prestigiar a exposição sobre Adolfo Bernardo Schneider e conhecer o AHJ.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville



Fonte: Marcus Vinícius Ramos Filho

CRAS Parque Guarani

Uma turma de 15 pessoas do CRAS Parque Guarani visitou o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), no dia 03 de dezembro de 2025, sob a coordenação da assistente social Sandra S. de Oliveira.

Objetivo da visita foi conhecer o AHJ e o seu acervo. Os visitantes foram atendidos pela especialista cultural Giane Maria de Souza e pelo estagiário James Souto Júnior.

Servidores com a camiseta do AHJ



Colegas do AHJ na Festa das Flores



Encontro de ex-colegas



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

**Grupo de maracatu Orun Ayê
ensaizando no AHJ**



Novembro Rosa



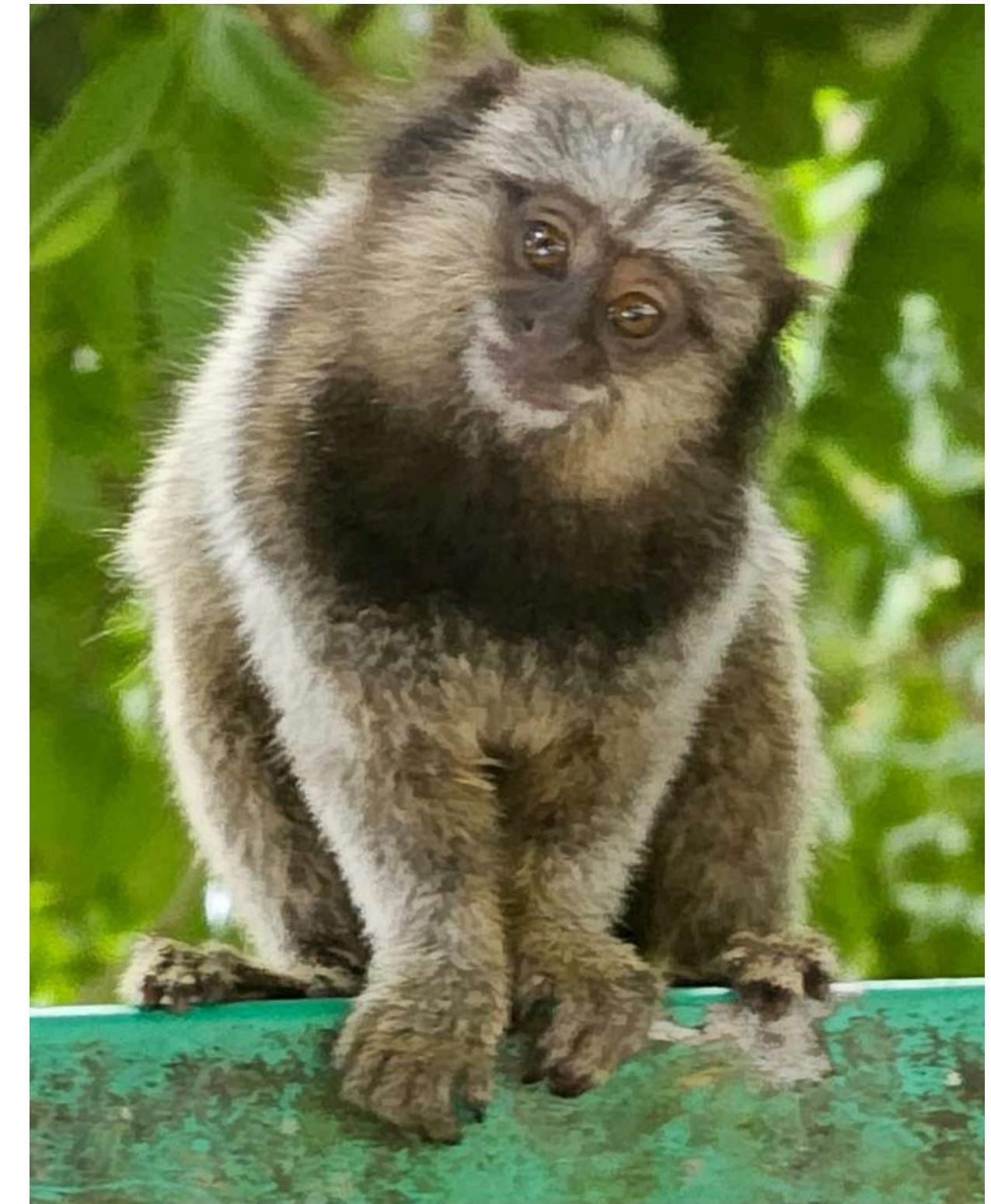
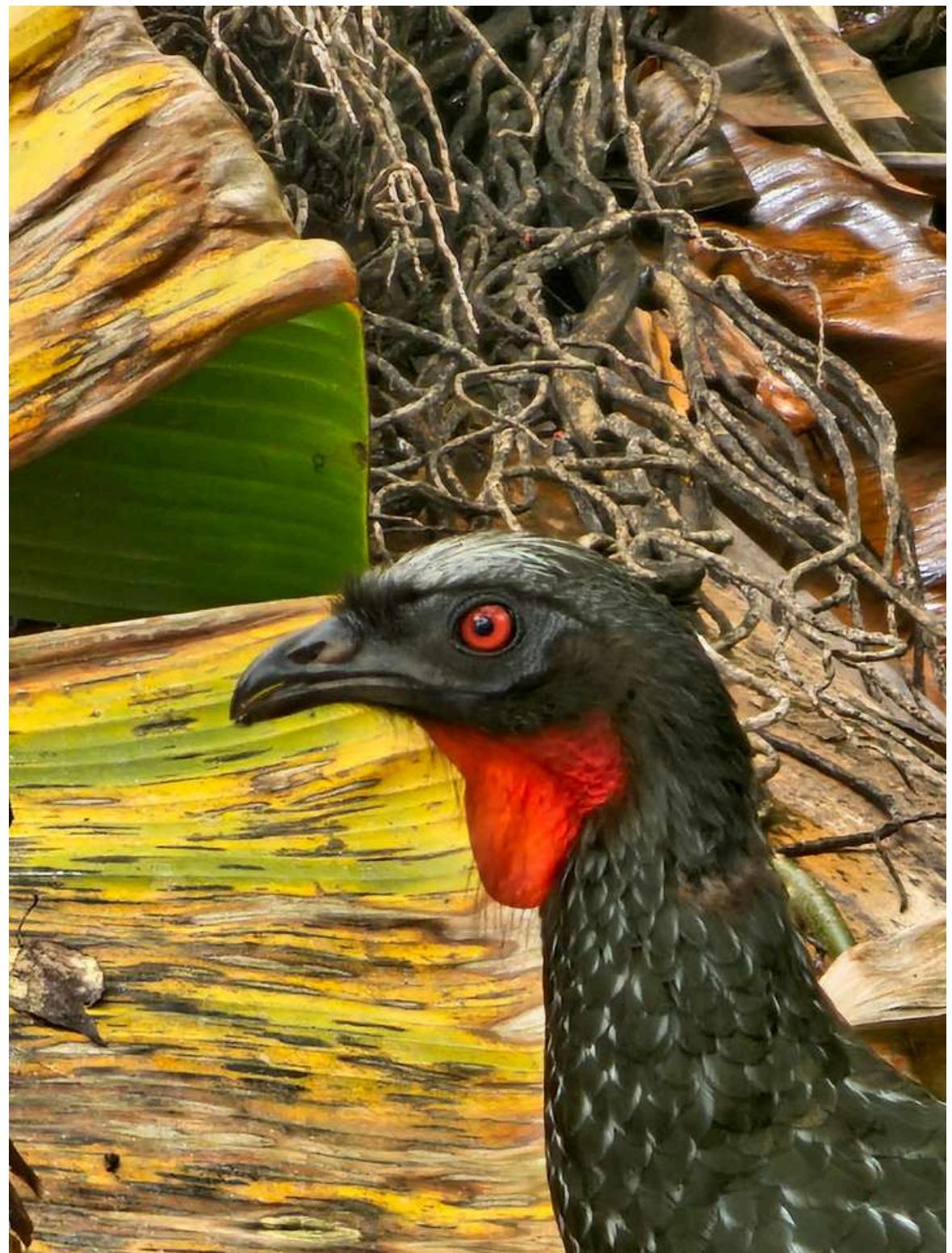
Dando comida aos macacos



Chegou Natal

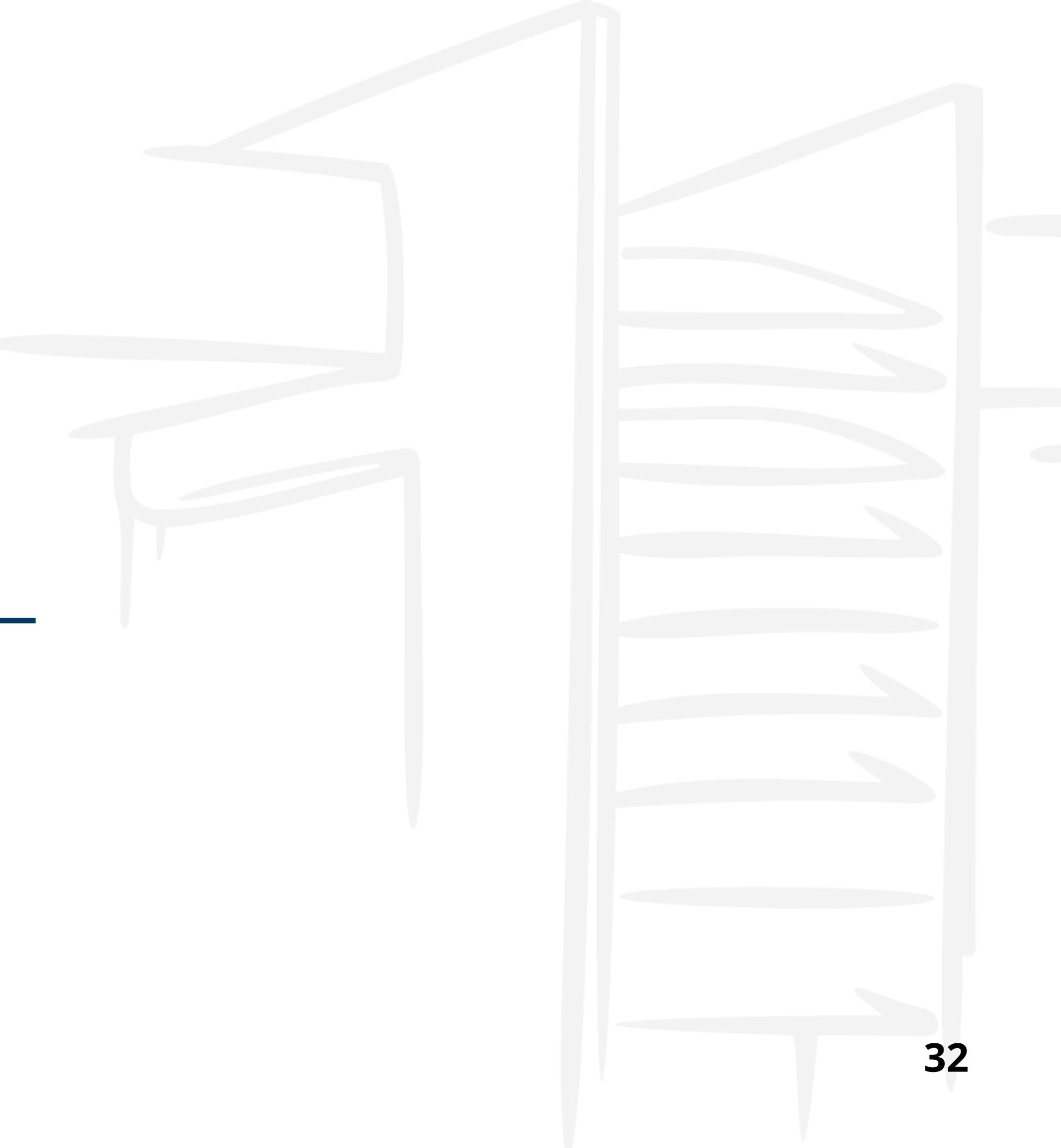


Fonte: Arquivo Histórico de Joinville



Fonte: Marcus Vinícius Ramos Filho

Difusão Cultural



O trabalho de Gestão Documental na Secretaria de Cultura e Turismo



Fernanda Pirog Oçoski [1]
Ivanir de Lourdes Cordeiro [2]

A Gestão Documental é uma ferramenta que ajuda a organizar e controlar a documentação que é produzida no âmbito da administração pública e privada e tem como objetivos o acesso e a transparência nas informações de forma célere.

A Gestão Documental na Prefeitura de Joinville não é recente. Algumas secretarias já desenvolviam este trabalho, mas foi em 2022 que as atividades de gestão se estenderam para todas as secretarias.

A Secretaria de Cultura e Turismo - Secult é fruto da unificação das extintas Fundação Cultural de Joinville e Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville ocorrida em 2017 por meio da Lei nº 8.363. Devido a essa fusão, a Secult custodia em seu arquivo documentos de ambas as Fundações assim como a documentação da atual secretaria.

[1] Arquivista do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) da Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Joinville.

[2] Agente administrativo da Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Joinville.

Em junho de 2021 ocorreu um incidente na sala que abrigava o arquivo. Em efeito dominó, as estantes que comportavam as caixas de documentos tombaram uma em cima da outra ocasionando a queda das caixas no chão. Uma das estantes bateu na janela e abriu fazendo com que quatro caixas caíssem para o lado de fora do prédio. Com a ajuda dos funcionários de uma empresa terceirizada contratada pela prefeitura, as caixas restantes foram realocadas de forma aleatória para o outro lado da sala do arquivo. As estantes que tombaram ficaram bem danificadas impedindo seu reaproveitamento, por esse motivo as caixas com os documentos tiveram que ser colocadas no piso enquanto era aguardado na sala a entrega e instalação das novas estantes.

Diante desse cenário, os servidores que trabalham com essa documentação desenvolvem uma árdua tarefa que consiste em abrir essas caixas e analisar individualmente cada documento para só assim destiná-los para a eliminação ou a guarda permanente seguindo as normas vigentes. Quando os documentos atingem seus prazos de guarda e podem ser eliminados, ocorre a reunião da Comissão Setorial de Avaliação de Documentos - Csad, que é composta por uma equipe multidisciplinar que valida essa eliminação.

Fernanda e Ivanir trabalhando do arquivo da Secult



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Uma vez validada, seguem os trâmites para a eliminação. No caso de documentos de caráter comprobatório ou histórico sua destinação é a guarda permanente, diante disso é realizada a retirada de grampos e clipes metálicos e é feita a identificação das caixas por meio de etiquetas que indicam a função e a subfunção. Estima-se que ainda há mais de 500 caixas para serem analisadas. Atualmente fazem parte dessa equipe os servidores Ivanir de Lourdes Cordeiro, Giovana Francisco da Silva, Lealdo Kalckmann e Fernanda Pirog Oçoski.

As orientações sobre a Gestão Documental como normativas, decretos, Planos de Classificação e as Tabelas de Temporalidade do município de Joinville podem ser encontradas no site da Prefeitura:

<https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/gestao-documental/>

Servidores trabalhando do arquivo da Secult



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville



Edital aberto para exposições no Arquivo Histórico de Joinville

Artistas, pesquisadores, curadores, colecionadores, coletivos e instituições podem participar!

Inscrições até 31 de julho de 2028

O edital contempla projetos ligados à memória, patrimônio, história e artes visuais

INSCREVA-SE
bit.ly/ExposicoesTemporariasnoAHJ



Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) – Espaço Elly Herkenhoff
Avenida Hermann August Lepper, 650 – Saguaçu

Cidade de Joinville **Prefeitura de Joinville** **Arquivo Histórico** **Cultura e Turismo**



Edital aberto para exposições no Arquivo Histórico de Joinville

Artistas, pesquisadores, curadores, colecionadores, coletivos e instituições podem participar!

Inscrições até 31 de julho de 2028

O edital contempla projetos ligados à memória, patrimônio, história e artes visuais

INSCREVA-SE
bit.ly/ExposicoesTemporariasnoAHJ



Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) – Espaço Elly Herkenhoff
Avenida Hermann August Lepper, 650 – Saguaçu

Cidade de Joinville **Prefeitura de Joinville** **Arquivo Histórico** **Cultura e Turismo**

Processo Seletivo Exposições Temporárias Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) 2025-2028

O Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) divulgou o Edital de Exposições Temporárias para o Espaço Elly Herkenhoff para atender artistas, pesquisadores, curadores, colecionadores, coletivos e instituições que desejam inscrever propostas de mostras no local.

O edital 2025/2028 abre oportunidade para exposições sobre memória, patrimônio cultural, história, arquivo e diferentes linguagens das artes visuais ocuparem o espaço de forma temporária. A estrutura comporta mostras de pequeno e médio porte. As inscrições são gratuitas e o edital pode ser conferido em <https://bit.ly/ExposicoesTemporariasnoAHJ>.

As exposições selecionadas deverão ocorrer até dezembro de 2028, com inscrição aberta até 31 de julho do mesmo ano. Os proponentes serão responsáveis pela montagem, desmontagem e transporte. O Arquivo Histórico oferece apoio na divulgação, organização da abertura e na estrutura expositiva.

O Arquivo Histórico de Joinville (avenida Hermann August Lepper, 650 - Saguaçu) funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30, com entrada gratuita.

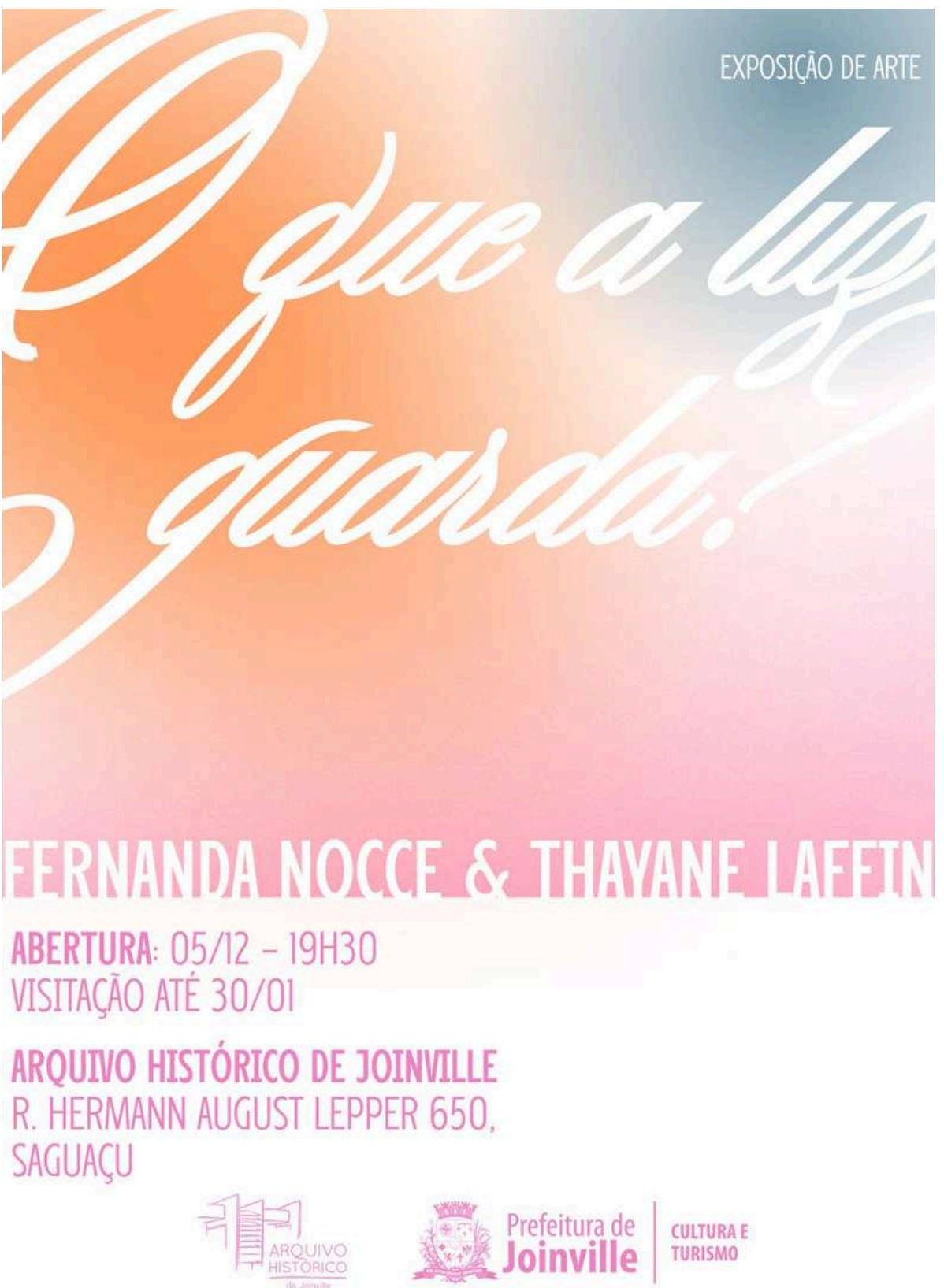


Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Lançamento de Museu Virtual no AHJ

A Capital Criativo celebra o lançamento do 1º Museu Virtual de Joinville: Rosa das Memórias no Arquivo Histórico de Joinville.

A exposição realizada no AHJ apresentou excertos do acervo de Adolfo Bernardo Schneider, fundador do AHJ, um homem dedicado à cultura da cidade.



Exposição “O que a Luz Guarda” no AHJ

No dia 05 de dezembro as alunas do curso do Bacharel em Artes Visuais da Univille apresentaram suas bancas no AHJ. Com os trabalhos “Saturação e Impermanência: Uma Reflexão Cromática Sobre o Tempo” e “Inventário de pequenas permanências”, Thayane Laffin e Fernanda Nocce, respectivamente, receberam da banca avaliadora os títulos de Bachareis em Artes Visuais.

Após as bancas, ocorreu também a abertura da exposição “O que a luz guarda?”, que combinava o trabalho de ambas as artistas, através de uma narrativa sobre a luz que preserva a memória ao mesmo tempo que a destrói.

Centenário Walter Piazza



Centenário de nascimento do Professor Doutor

Walter Fernando Piazza

“Um construtor de passados para o tempo presente”

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Walter Fernando Piazza nasceu em 06 de novembro de 1925, em Nova Trento, no vale do Rio Tijucas, em Santa Catarina e faleceu em Florianópolis, em 09 de fevereiro de 2016. Filho de Romeu Boiteux Piazza e de Aracy Baptista Pereira Piazza.

Fez os estudos primários nas seguintes instituições escolares: Colégio Santa Cecília, Grupo Escolar Pereira Passos e Curso Victor, todos na cidade do Rio de Janeiro. E, o Curso Secundário no Colégio Santo Antônio, em Blumenau, Cursou o bacharelado e a licenciatura no Curso de Geografia e História na Faculdade Catarinense de Filosofia, depois incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde tornou-se doutor e livre-docente em História do Brasil e seguiu carreira acadêmica.

Foi funcionário público, jornalista do *Diário da Tarde* e *A Gazeta*, folclorista, professor secundarista e universitário, arqueólogo, geógrafo e historiador.

Sua vida acadêmica começou efetivamente antes do curso de graduação, quando participou do I Congresso de História Catarinense, em outubro de 1948 e passou a integrar a Comissão Catarinense de Folclore, tendo sido inclusive diretor e editor do Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore. Assim, exerceu o magistério, desde o ensino secundário onde foi professor de História Geral e do Brasil em diversos estabelecimentos de ensino, entre os quais o Colégio Estadual Dias Velho e Instituto Estadual de Educação, até o ensino superior onde integrou os quadros da Universidade Federal de Santa Catarina, da Universidade para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Vale do Itajaí (hoje UNIVALI), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville (hoje UNIVILLE) e professor-visitante da Universidade dos Açores.

Foi representante da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN, sendo responsável inicialmente pela manutenção da Casa de Victor Meirelles, a partir de 1956 e posteriormente, encarregado pelo cadastramento dos sítios arqueológicos do Estado, bem como, do sistema de fortalezas: São José da Ponta Grossa, Santo Antônio dos Ratões e Santa Cruz de Anhatomirim, e do conjunto arquitetônico e etnográfico de São Miguel; respondeu pela Diretoria de Cultura do Estado (1960), então subordinada à Secretaria de Estado da Educação, substituindo o Professor George Agostinho da Silva (1906-1994); atuou como geógrafo no, Departamento de Geografia e Cartografia do Estado; integrou a equipe do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) sob a responsabilidade do CNPq e do Smithsonian Institute, dos Estados Unidos (1965-1972) e participou da fundação do então Instituto de Antropologia da UFSC, com os Professores Oswaldo Rodrigues Cabral e Silvio Coelho dos Santos. Criou e estruturou o Curso de

Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Catarina em 1975, a partir do Curso de Especialização em História, entre 1973 e 1974, que atualmente integra o Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade, sendo o criador e introdutor da disciplina de História de Santa Catarina, em 1973. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, onde foi presidente e membro-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro da Academia Catarinense de Letras, onde ocupou a cadeira de número 31 e chegou à presidência. Foi membro do Conselho Estadual de Educação e de Cultura do Estado de Santa Catarina.

PROGRAMAÇÃO

Local: Museu da Escola Catarinense – MESC

Rua Saldanha Marinho, n. 196 - Centro, Florianópolis/SC

Dia 05 de novembro 2025 - às 19:00 horas

Abertura da Exposição “**Professor Walter Fernando Piazza: um construtor de passados para o tempo presente**”

Curadoria da Exposição: **Professoras Dras. Aline Carmes Kruger; Ana Luiza Mello Santiago de Andrade; Cristiani Bereta da Silva, Maria de Fátima Fontes Piazza, Maria Teresa Santos Cunha**

Conferência de abertura do Simpósio – às 20:30 horas

Prof. Dr. Arno Wehling (IHGB e ABL): “Walter Piazza - história, memória e identidade catarinense”

Dia 06 de Novembro de 2025 - das 09:00 às 12:00 horas

Mesa-Redonda n. 1: Políticas de patrimônio, folclore e arqueologia

Coordenação e mediação: **Professora Dra. Janice Gonçalves (UDESC)**

Prof.ª MSc. Lélia Pereira da Silva Nunes (Presidente da ACL) - “Walter F. Piazza e os Açores”

Prof. Dr. Filipe Noé da Silva (UDESC) - “O passado de Santa Catarina no Smithsonian Museum: Walter F. Piazza e a internacionalização da Arqueologia Pré-histórica catarinense”

Bel. História Pâmela Martins (UFSC) - “Walter F. Piazza e a preservação das fortalezas catarinenses”

Data: 06 de Novembro de 2025 – das 14:00 às 17:00 horas

Mesa-Redonda n. 2: História e historiografia – Walter Piazza e a cultura histórica em Santa Catarina

Coordenação e mediação: **Prof. Dr. Henrique Espada Lima (UFSC)**

Prof.ª Dra. Cristina Scheibe Wolff (UFSC) – “Por que estudar a história de Santa Catarina”

Prof. Dr. Marcelo Sabino Martins (IF/DF) – “Passado presente: Walter Piazza na historiografia catarinense”

Prof. Dr. Felipe Matos (SESC/SC) e Professora Dra. Letícia Morgana Muller (SCIENCIAS Consultoria Científica) – “Walter Piazza e o PRONAPA em Santa Catarina”

Dia: 07 de Novembro de 2025 – das 09:00 às 12:00 horas

Mesa-Redonda n. 3: Gestão de acervos: arquivos e museus de Santa Catarina

Coordenação e mediação: **Profa. Dra. Letícia Borges Nedel (UFSC)**

Prof.ª Dra. Karla Simone W. Schütz (Professora de História na rede pública e particular de ensino) – “Do arquivo pessoal aos resíduos de um ‘encontro’ com Walter Piazza”

Dra. Giane Maria de Souza e Profa. Dra. Maria de Fátima Fontes Piazza – “Entre pretensões e dispersões: o museu da Comissão Catarinense de Folclore”

Msc. Juçara Nair Wolf (APESC) – “Arquivo do Estado, Sistema Estadual de Arquivos, Lei Estadual de Arquivos”

Dia 07 de novembro de 2025 - 14 às 16 horas

Professora Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UFSC/UDESC) e Professora Dra. Cristiani Bereta da Silva (Coordenadora do IDCH/FAED/UDESC) – “Diálogos Contemporâneos: Do arquivo pessoal doado ao arquivo trabalhado”

Conferência de Encerramento do Simpósio – às 17 horas

Prof.ª Eliane Maria dos Santos Bahia Jacintho (UFSC): “Professor Doutor Walter Fernando Piazza: guardião e voz da história catarinense e do Brasil”
Comissão Organizadora:

AnaLuziade Mello Santiago Andrade, Aline Carmes Kruger, Cristiani Bereta da Silva, Cristina Maria da Silveira Piazza, Giane Maria de Souza, Henrique Espada Lima, Janice Gonçalves, Joana Maria Pedro, Lélia Pereira Nunes, Letícia Borges Nedel, Maria de Fátima Fontes Piazza, Maria Teresa Santos Cunha, Sara Vinter Schmitt

Visita técnica ao TJSC



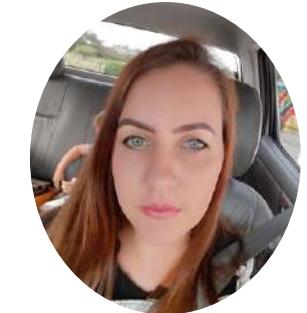
Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Apresentamos os registros da visita técnica do Arquivo Histórico de Joinville, no dia 10 de novembro de 2025, ao Arquivo Central do Poder Judiciário de SC, onde fomos extremamente bem recebidos e guiados pelo chefe da Divisão de Arquivo, Marcos Rodolfo, Juiz Márcio Schiefler Fontes, coordenador do Núcleo de ensino e pesquisa em Direito, Literatura e Memória do TJSC e Juiz Cooperador Técnico do Núcleo de assessoramento da Câmara de Recursos, que atua também em Joinville, Desembargadora Haidée Denise Grin, presidente da Comissão de Gestão de Memória do TJSC, Dra. Mônica Nicknich, coordenadora da Câmara de Recursos Delegados do TJSC; acompanharam também o Prof. Dr. Henrique Espada Lima e a Profa. Dra. Giovana Callado, ambos da UFSC.

O Arquivo Central do PJSC tem cerca de 600 mil caixas-arquivo e aproximadamente 10 milhões de processos (desde 1791) de todas as comarcas de SC, sendo um dos maiores do gênero e referência no Brasil quanto à gestão documental, digitalização e salvaguarda da memória judiciária. Na visita tanto o AHJ como o PJSC manifestaram grande interesse em futuras parcerias e ações de intercâmbio técnico.

Difusão Científica

Palestra sobre depressão na contemporaneidade no Arquivo Histórico



[1] Jéssica Aline Tank Nass

No dia 22 de outubro deste ano, o Serviço de Psicologia da Unidade de Saúde do Servidor realizou uma palestra sobre Depressão no Arquivo Histórico de Joinville. Atualmente este serviço conta com duas psicólogas que atendem as demandas de saúde mental no trabalho. Os encaminhamentos são feitos através da equipe técnica da USS, que identifica no servidor problemas de saúde mental e transtornos psicológicos resultantes do trabalho. Este serviço realiza o acompanhamento destes servidores, além de ir aos locais de trabalho realizando palestras sobre diversos temas de saúde mental.

Nossa sociedade normalizou alguns sintomas de depressão, como: Não ter ânimo para fazer o que você sabe que te faria bem; Passar a maior parte do período claro do dia desanimado; Se sentir “anestesiado” aos pequenos prazeres da rotina; Sentir uma mistura de tédio e ansiedade na maior parte do dia; Sentir que não controla o seu consumo de redes sociais; Não conseguir dormir sem se distrair intensamente antes. Isso não é normal, são sintomas de depressão.

Mas afinal, o que é uma vida normal? É acordar de manhã descansado e animado, empolgado com o dia; ir dormir relaxado, cair no sono em alguns minutos e dormir a noite toda, sem pesadelos e preocupações; conseguir adaptar seu emocional a cada situação – relaxado numa situação relaxante, focado numa situação que exige foco; curtir os pequenos prazeres da rotina; estar presente perto das pessoas – conseguir facilmente estar presente nas situações de conexão social (companheiro, filho, família, amigos); querer ver os seus próximos capítulos – estar empolgado para ver sua vida evoluindo e suas metas se desenvolvendo nos próximos meses.

[1] Neuropsicóloga pela Capacitar; Psicóloga da Universidade da Região de Joinville; Atua na Unidade de Saúde do Servidor há 8 anos; Casada, mãe de dois filhos.

Isso é só uma vida normal, não é pedir muito. Nosso corpo, nosso cérebro, foram feitos para viver isso. Se dermos as condições ideais para nosso cérebro, isso acontecerá naturalmente. Como se fosse um rio, que flui naturalmente para essa direção.

O tratamento para depressão inclui psicoterapia com psicólogo, farmacoterapia com psiquiatra, e mudança de hábitos. Seguem algumas soluções que podem ajudar a vencer a depressão:

Se consultar com um psicólogo e psiquiatra: Buscar ajuda especializada antes de deixar os sintomas se intensificarem, quando perceber sintomas de depressão.

Controlar a iluminação ao longo do dia: Quanto mais iluminado deixamos nosso ambiente durante o período claro do dia, e quanto mais escurecemos nosso ambiente no período escuro do dia, mais aumentamos o nível de ânimo durante o dia e o relaxamento a noite.

Rotina de higiene do sono: O efeito de conseguir fazer uma pessoa que dorme mal dormir bem, é praticamente o mesmo do que usar um antidepressivo. Assim que estiver escuro fora, tem que estar escuro dentro de casa também. Nesse momento, diminuir as luzes e manter apenas as amarelas e indiretas ligadas, não comer nos últimos 90 minutos antes de dormir e reduzir o consumo de telas nesse período.

Encontrar um exercício físico que você goste: O exercício físico é um sinal para o seu corpo que você está ativo, e quando você faz, ele libera substâncias que revertem a depressão. É importante achar algo que você goste e se identifique, perto da sua casa, dentro da sua rotina. Facilitar a implementação do hábito, ajuda ele a se consolidar.

Alimentação saudável: O que você coloca para dentro do seu corpo através da alimentação, define quimicamente que tipo de hormônios e neurotransmissores seu corpo vai produzir. Açúcar, refrigerante e carboidratos refinados causam uma inflamação no corpo que faz com a depressão permaneça. Mais alimentação caseira, menos industrializados.



Foto: Giane Maria de Souza

Difusão Cultural

Voltar a ver a beleza nas pequenas coisas: Propositalmente focar nos detalhes de alguma experiência.

Escrever 3 “micromissões” de manhã: Quando cumprimos uma tarefa que nos propomos, temos a sensação de missão cumprida. Definir missões e conseguir cumpri-las, nos faz sentir como se aquele dia valesse apena.

Conversar com pessoas importantes: Acabamos nos afastando de pessoas que são importantes na nossa vida na depressão. Esse afastamento piora a depressão, pois você se sente menos apoiado. Fazer o esforço de aos poucos retomar o contato com essas pessoas. Mandar uma mensagem, se reconectar.

Leitura: Com o objetivo de aprender ou se entreter, é um ótimo uso do tempo de forma produtiva. Se organizar para isso, faz com que tenhamos a sensação de missão cumprida.

Aceitar-se: Admitir que você tem depressão para tratar e se curar.

O Serviço de Psicologia da Unidade de Saúde do Servidor não tem caráter assistencial. Mas se você está tendo sintomas de depressão ou de outro transtorno mental, pode pedir para sua chefia marcar uma avaliação de saúde ocupacional. Você será acolhido e encaminhado ao atendimento especializado.

Servidores do AHJ com a psicóloga Jéssica Aline Tank Nass



Foto: Dauto João Silveira

Memória do Boletim

90 anos de D. Chininha

Alexina Stamm Gomes, Vva. Plácido Gomes, completou 90 anos dia 31/07/84, rodeada de amigos e parentes que vieram de longe abraçá-la com carinho e estima, retribuindo a afeição sempre dispensada a todos que a rodeiam.

Filha de Mariquinha e Bernardo Stamm (nascida Maria Gomes de Oliveira), casou-se a 03/01/1921 com Dr. Plácido Gomes, 1º médico nascido em Joinville, formado em 1910 pela Faculdade de medicina do Rio de Janeiro, Deputado Estadual, escritor e jornalista, com grande atividade intelectual, que recebeu justa homenagem dos joinvillenses em 1922, quando voltou da prisão política por ter apoiado os 18 do Forte de Copacabana. Faleceu a 21/03/1959.

D. Chininha é mãe de 6 filhos: Dr. Plácido Stamm Gomes (médico residente em São Paulo), Cel. Av. Bernardo Stamm Gomes (res. Curitiba), Eng. Luiz Procópio Gomes (res. Blumenau), Mario Antônio Stamm Gomes (res. JIle), Cap. Av. Ricardo Stamm Gomes (falecido), e Rosa Maria Gomes Junqueira (res. JIle), casada com Alte. Eugenio Junqueira; avó de 16 netos e bisavó de 16 bisnetos, alegre e disposta.

Fazemos votos de muita saúde e alegria para podermos aproveitar seu convívio durante muitos anos.

Nota: D. Chininha é sobrinha e cunhada do Senador Carlos Gomes de Oliveira, que é da sua idade...

----- X -----

CONTRIBUA PARA O ACERVO DO AHJ

Arquivo Histórico de Joinville - AHJ
Praça Lauro Müller, s/n.
Caixa Postal D-100
89200 - Joinville - SC
Tel.: (0474) 22-2154

90 ANOS de D. Chininha. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville.** v. 1 n. 6, p. 8, ago. 1984.

Teses e dissertações de pesquisadores do AHJ



Resumo: O trabalho enfoca o processo histórico no qual setores sociais e políticos de Santa Catarina, mais precisamente grupos identificados com forças extremistas de direita e seus oponentes, após o rompimento de relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, no contexto da Segunda Guerra Mundial, adentraram em um novo tempo em que ideários políticos como o fascismo não eram mais concebíveis. Após a catástrofe da guerra, antigos membros da Ação Integralista Brasileira, bem como os que se aproximaram de outras vertentes do fascismo e até mesmo do ideário nacional-socialista, foram alvos de debates políticos entre 1942 e 1947 quanto às possibilidades de serem incorporados à vida pública nacional. Tanto os segmentos políticos que deram base ao Estado Novo quanto movimentos da sociedade que ganharam destaque ao longo da redistribuição do regime autoritário — iniciada em 1942 — e a formação de uma nova estrutura constitucional, questionaram a legitimidade de ideias integralistas, fascistas ou nazistas em um novo ambiente social. Os indícios dessas disputas políticas apontam para um redimensionamento do campo político, pautado em termos da atribuição de legitimidade a algumas forças, enquanto outras passaram à acomodação. Em simultâneo, tradições e valores políticos foram rearranjados — o que ganhou relevância em uma região do país marcada, até então, pela receptividade positiva a posicionamentos extremistas de direita como Santa Catarina. As posições situadas no campo da extrema-direita deveriam tornar-se um passado superado, em meio a projeções de futuro marcadas por vagas noções de democracia. Aquele momento histórico de acomodação de diversas vertentes do fascismo em diferentes países ocidentais tem sua versão brasileira e aponta para um processo histórico de longo alcance, seja no imediato pós-guerra e nos seus desdobramentos percebidos no tempo presente. A investigação mobilizou a consulta a diferentes documentos. O principal conjunto documental explorado é formado pela imprensa periódica, especialmente de três cidades de Santa Catarina no período em apreço: Florianópolis, Jaraguá do Sul e Joinville. Além disso, foram analisadas fotografias e correspondências, bem como entrevistas orais. A investigação envolveu ainda processos do Tribunal de Segurança Nacional, relatórios e textos memorialísticos. As análises compreendem o fenômeno do político como expressão cultural não dissociada de demais aspectos sociais. A vasta dimensão social da guerra produziu genuínas reconfigurações no âmbito das afinidades políticas, afetando a experiência democrática do pós-guerra no contexto de reinserção daqueles grupos antes identificados com o fascismo, ao passo em que a acomodação de um ideário composto por variadas posições no amplo arco do extremismo de direita passou a marcar um longo presente nas relações políticas em Santa Catarina.

Palavras-chaves: Fascismo, Nazismo, Integralismo, Segunda Guerra Mundial, Estado Novo, Santa Catarina, República de 46, História do Tempo Presente, História Política

Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91822>

No limite das paixões políticas -
Santa Catarina diante da crise da
utopia fascista, 1942 - 1947

Wesley dos Santos Graper

Atendimentos no AHJ

Atendimentos no Arquivo Histórico



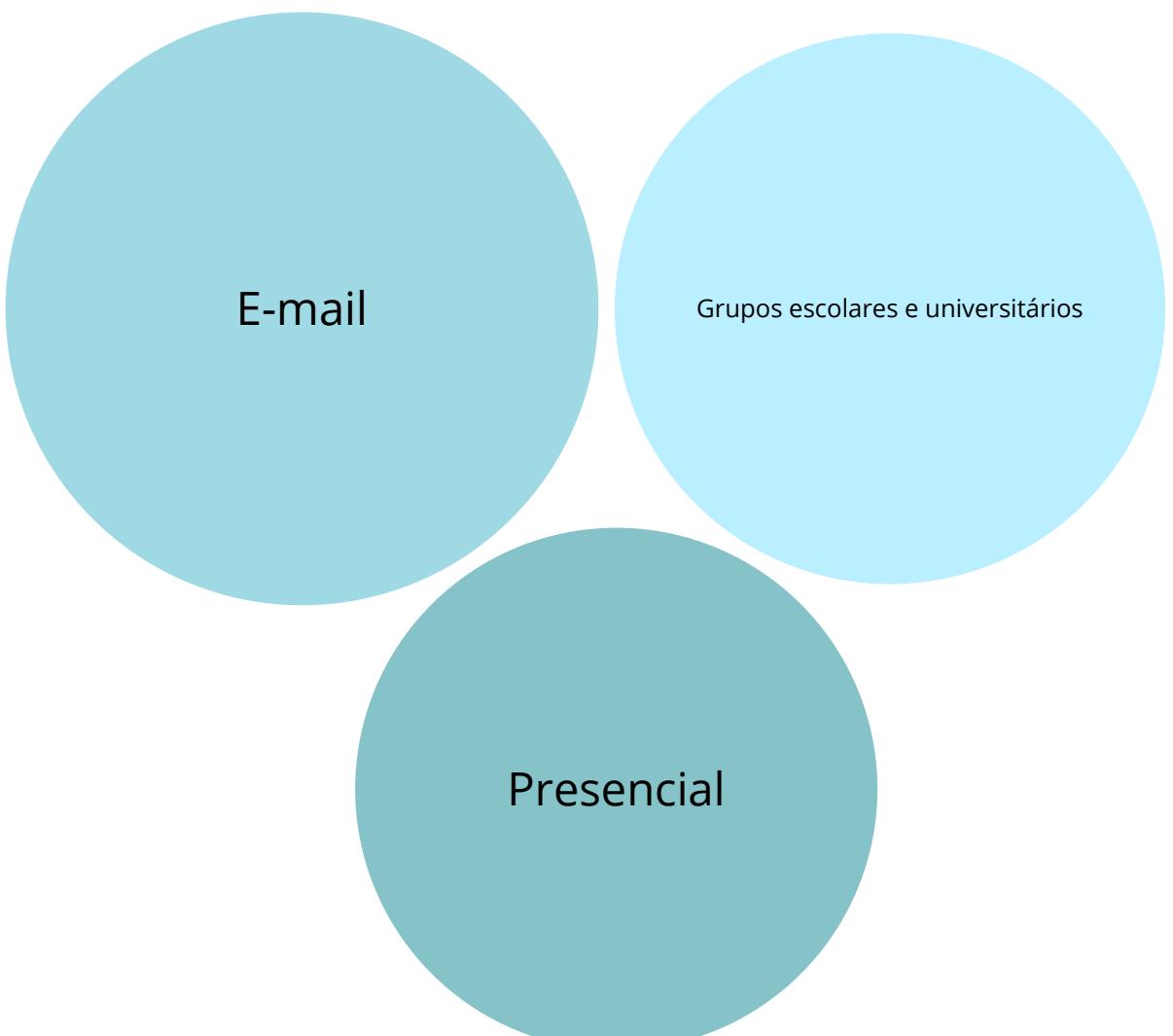
RELATÓRIO DE ATENDIMENTO MENSAL OUTUBRO DE 2025

Atendimento presencial	45
Atendimento por e-mail	58
Atendimento de grupos escolar e universitário	50
Atendimento visita guiada	0
Eventos e atividades culturais	0

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENVIADOS

Fotos	149
Projetos	71
Mapas	19

Atendimentos mês de outubro



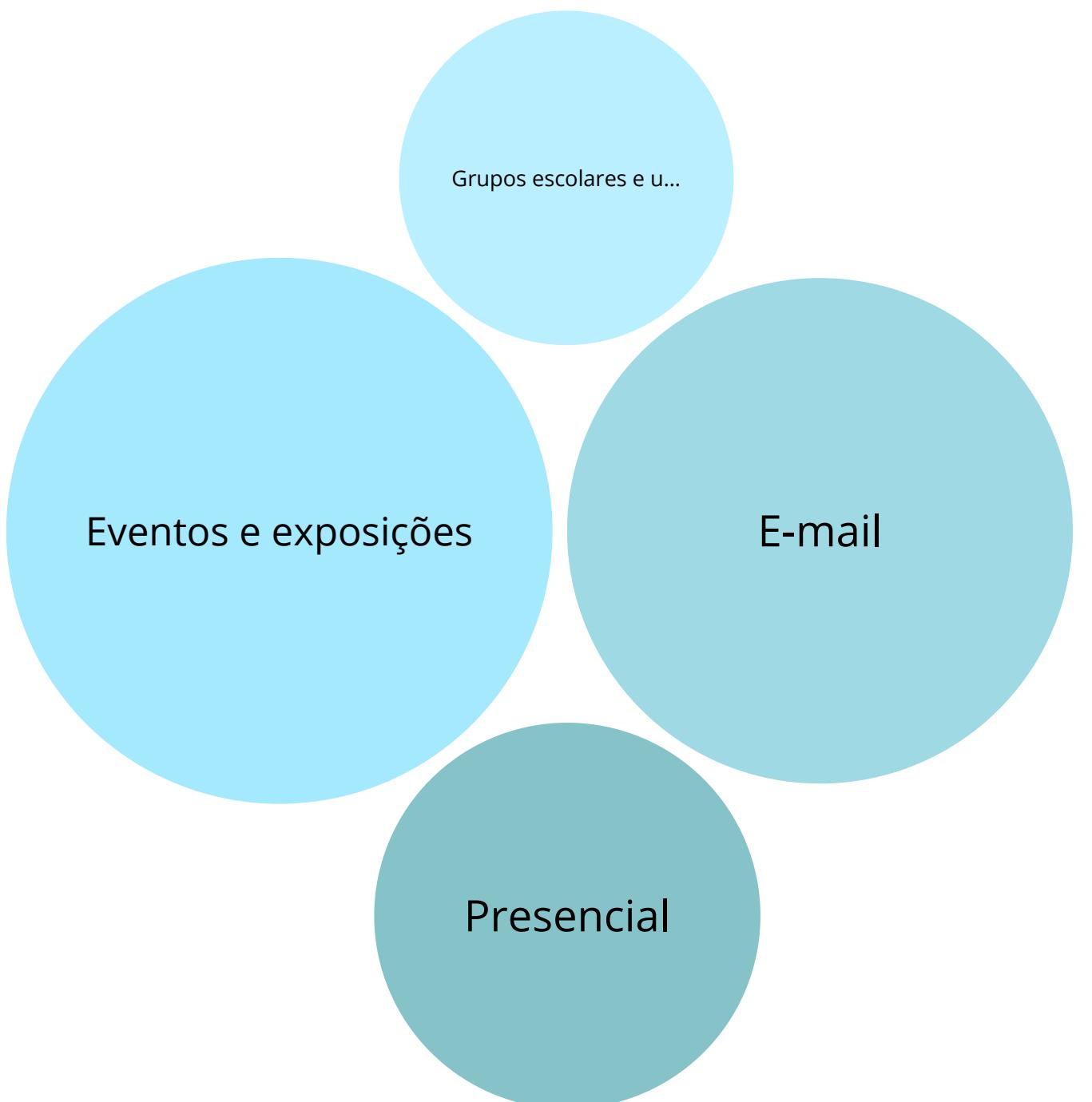
Arquivo Histórico de Joinville, Av. Hermann August Lepper, 650 - 89221-005
Contato: (47) 3422-2154
www.joinville.sc.gov.br

Tipo de Documento	Quantidade
Jornais (edições)	3.601
Colagem Temática (Documentos)	523
Periódicos	18
Fundo Políticos (Caixa com Documentos)	6
Livros da Biblioteca do Apoio	2
Processos Judiciais da Vara Cível (Inventários e Desenvolvimentos)	1
Reclamações e Ações da Procuradoria Executiva	1

Elaborado por: Gabriel Vinicius Sicuro – Mat. 48260

Arquivo Histórico de Joinville, Av. Hermann August Lepper, 650 - 89221-005
Contato: (47) 3422-2154
www.joinville.sc.gov.br

Atendimentos mês de novembro



RELATÓRIO DE ATENDIMENTO MENSAL
NOVEMBRO DE 2025

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENVIADOS

Documento	Quantidade
Fotos	278
Projetos	02
Mapas	18

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ACESSADOS PRESENCIALMENTE

Relatório de documentos pesquisados

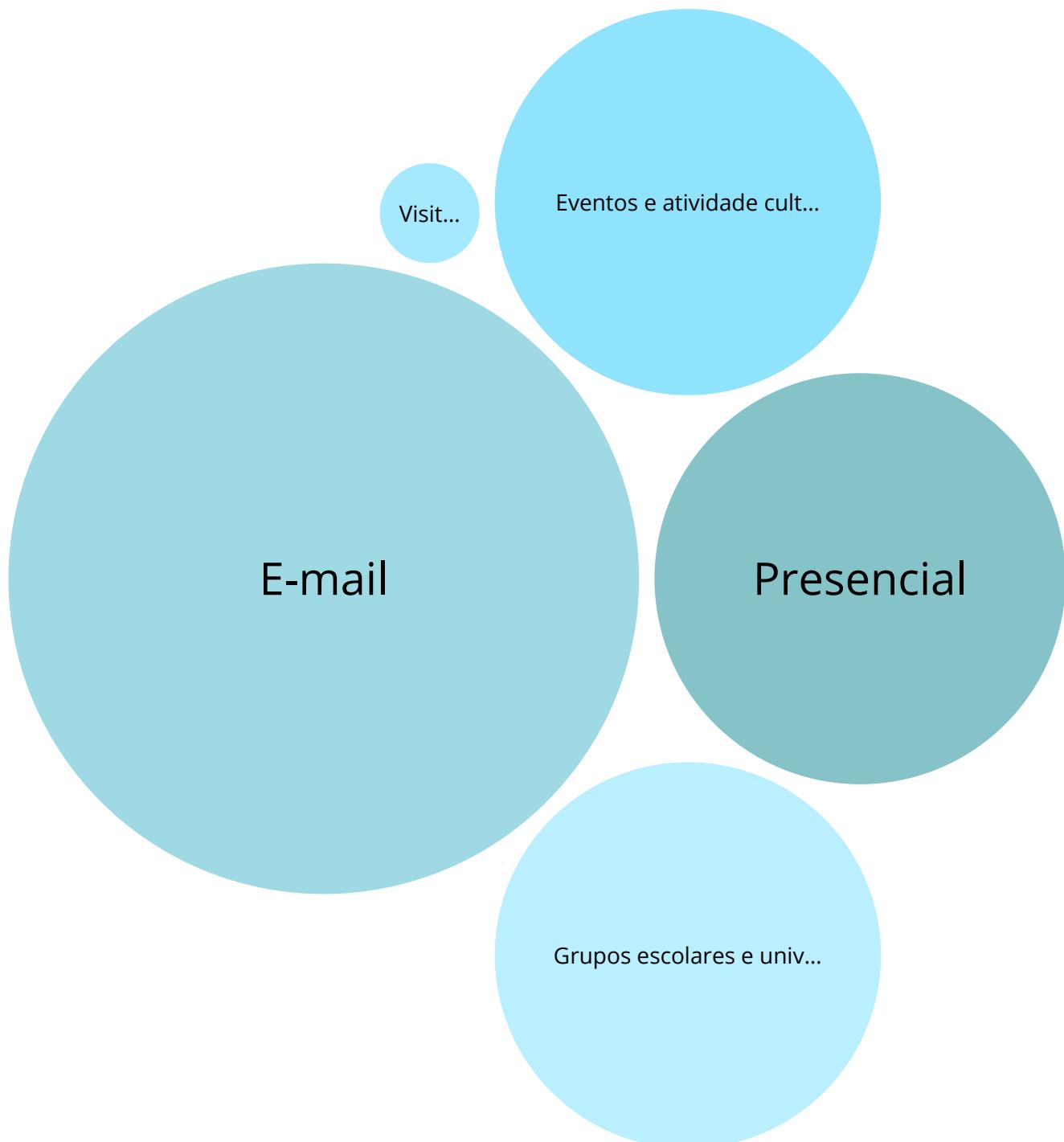
Documento	Quantidade
Arquivo Histórico	1.000
Objetos Técnicos (arquivos)	375
Projeto Arqueológico	6
Fundo Político (arquivos)	6
Carta de Ministro de Agravos	2
Carta de Arrolamento	1
Documentos	1

Elaborado por: Dauto J. da Silveira

Arquivo Histórico de Joinville, Av. Hermann August Lepper, 650 - 89221-005
Contato: (47) 3422-2154
www.joinville.sc.gov.br

50 ANOS ARQUIVO HISTÓRICO de Joinville

Atendimentos mês de dezembro



RELATÓRIO PARCIAL¹ DE ATENDIMENTO

DEZEMBRO DE 2025

Atendimento presencial	17
Atendimento por e-mail	40
Atendimento visita guiada	01
Eventos e atividades culturais	15

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENVIADOS

Fotos	91
Mapas	08

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ACESSADOS PRESENCIALMENTE

Relatório de documentos pesquisados	
Type de Documento	Qtd. de 2025
Jornais (Edições)	304
Mapas e Planos	42
Objetos Hereditários (Documentos)	29
Eventos (Transcrições e Áudios)	3
Faixas Políticas (Cartas com Documentos)	2
Objetos (Documentos)	1

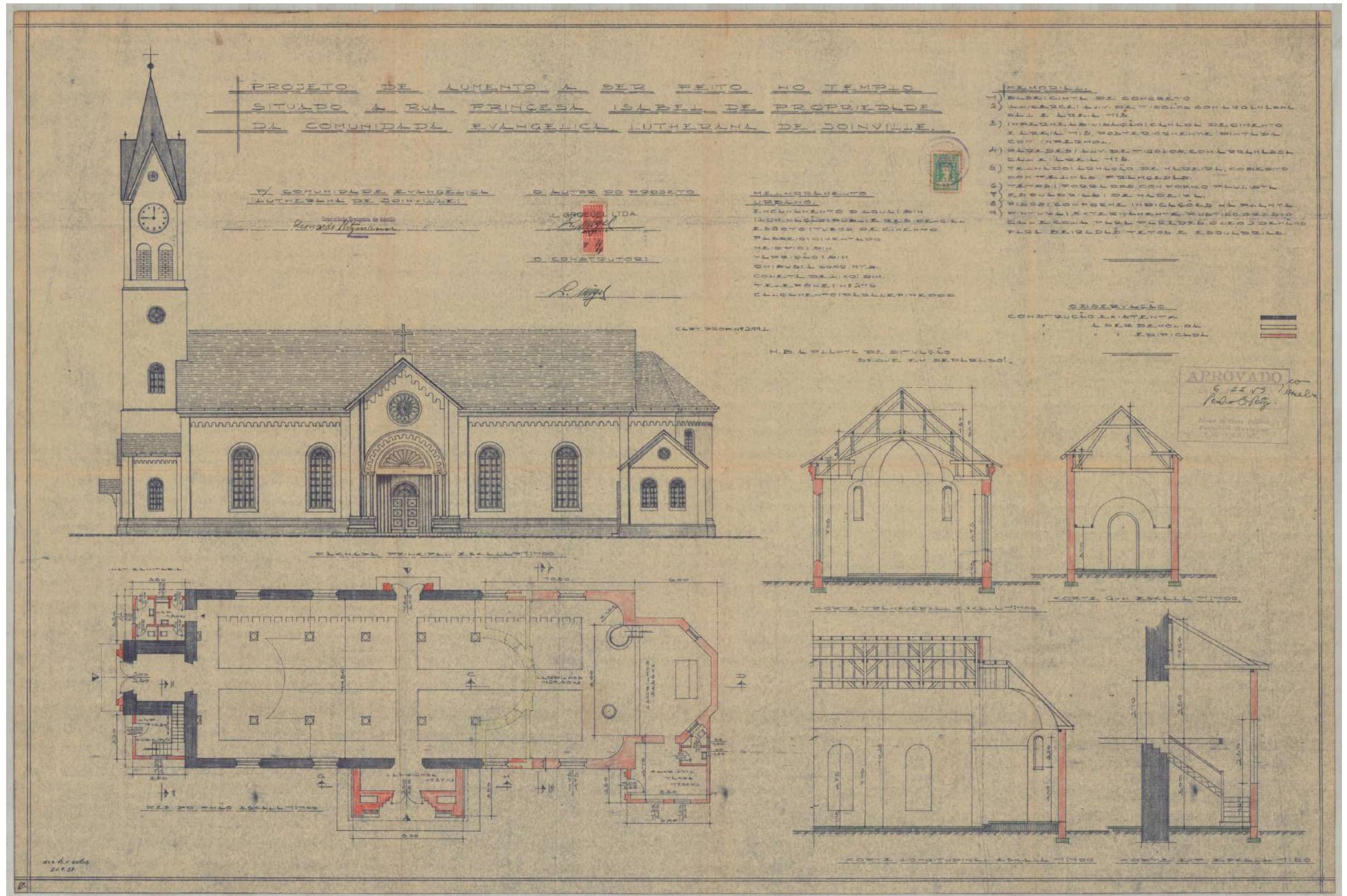
Elaborado por: Dauto J. da Silveira

¹ Esse relatório diz respeito ao período que compreende os dias 01/12/2025 a 17/12/2025.

Arquivo Histórico de Joinville, Av. Hermann August Lepper, 650 - 89221-005
Contato: (47) 3422-2154
www.joinville.sc.gov.br

Por dentro do acervo





Projeto 132/1959 - Pertencente à Comunidade Evangélica Luterana de Joinville

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Aconteceu em Joinville

Para refletir

Observe o recorte do Jornal À Notícia de 12 de março de 1974, leia e reflita sobre a homenagem aos imigrantes realizada pela Prefeitura de Joinville em comemoração aos 123 anos da cidade.

Nossa cidade ainda recebe muitos imigrantes?

Você conhece alguns imigrantes?

De onde eles vieram?

Por que emigraram de seus países?



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Oi Giane, tudo bem? Estou enviando esse texto de agradecimento, que escrevi pro Dilnei, e que se estende à ti, e as valorosos funcionários e amigos do Arquivo Histórico que somaram de forma tão eficiente para a realização do nosso evento. Grande abraço querida amiga.

Prezado Dilney, muito obrigado pelo envio desse excelente material do Arquivo Histórico de Joinville, escrito por Giane, na edição desse Boletim. Quero agradecer também as palavras sobre mim e minha mostra, "Olhar por onde andei" nesse excelente e esclarecedor texto. Muito me orgulho de ter sido recebido por essa Instituição tão digna e preciosa para nossa sociedade, que tem a responsável e séria missão, para com os registros dos fatos e acontecimentos, que alicerçam a nossa Historia. Agradeço muito à direção e a toda equipe técnica que me possibilitou realizar um dos belos momentos da minha carreira. Muito obrigado, por tanto carinho e atenção, que foi pessoalmente de grande satisfação e importância. Um grande e forte abraço.

Môa



Expediente

Boletim do Arquivo Histórico de Joinville
Vol. XVIII, nº 34
Outubro, novembro e dezembro de 2025

ISSN 14133434

Prefeitura de Joinville

Adriano Bornschein Silva
Prefeito

Rejane Gambin
Vice-prefeita

Secretaria de Cultura e Turismo

Guilherme Augusto Gassenferth
Secretário de Cultura e Turismo

Adriano Selhorst Barbosa
Diretor-executivo

Gizela Michalichen
Diretora de Cultura

Leonardo Venske
Gerente de Patrimônio e Museus

Arquivo Histórico de Joinville

Dilney Fermino Cunha
Coordenador

Corpo funcional

Amauri de Oliveira Prado
Ana Rita Uliano da Silva
Arselle de Andrade da Fontoura
Bruna Luiza Nunes
Dauto João da Silveira
Ednilson Nilton Cestrem
Elisangela da Silva
Fernanda Pirog Ocoski
Francisco Severino dos Santos
Gerson Luiz Santana
Gabriel Vinicius Sicuro
Giane Maria de Souza
James Souto da Silva
Janice Garcia
Marcus Vinícius Ramos Filho
Marinês Balin
Manuela Schramm
Nelson Berndt
Nathália Cristina Lehm
Rodrigo Boçoen

Boletim do Arquivo Histórico de Joinville

**Organização, coordenação, editoração
e diagramação do boletim**

Giane Maria de Souza

Revisão do Boletim

Giane Maria de Souza
Nelson Berndt

Endereço do AHJ

Av. Hermann A. Lepper, 650, Saguaçu
CEP: 89221-005

Telefones: (47) 3422-2154 ou (47) 3422-2329
E-mail: arquivohistorico@joinville.sc.gov.br

Aceitamos críticas, sugestões e envio de
propostas, matérias e artigos. Participe!

